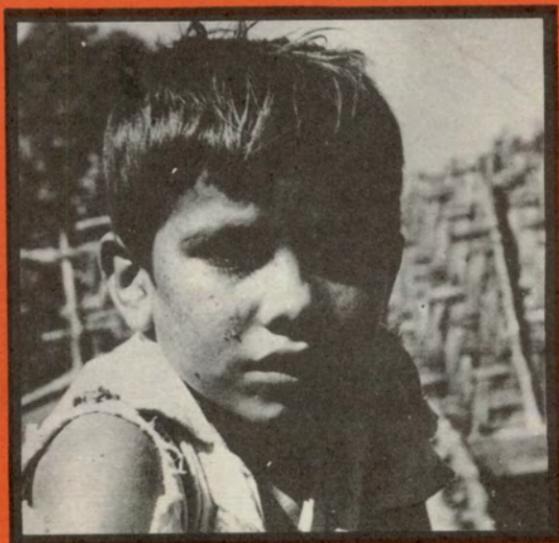


Cristo e os pobres

***-o desafio
à igreja***

SUPLEMENTO - 23
CEI





Editorial	1
Emílio N. Monti	
Riqueza e Pobreza na linguagem bíblica	2
Documento	
A Caminhada do Povo de Deus na América Latina	15
I – Retrospectiva: Os anos e os impasses da Caminha- da do Povo de Deus	15
II – Perspectiva Teológico-pastoral da Caminhada do Povo de Deus	28
III – Perspectiva: Novos Desafios – Novos Passos na Caminhada do Povo de Deus	37
Em Busca do Direito Social: Uma Perspectiva Latino-ameri- cana	45
1. A Situação Latino-americana na Perspectiva da Igreja	45
2. O Pano Qualitativo na Luta pelos Direitos Humanos .	47
3. Novas Tarefas da Igreja e do Movimento Ecomênico .	49
Zwinglio M. Dias	
Instituição e Acontecimento	50
A Emergência Histórica da Igreja	51
Do Acontecimento à Instituição	56

CEI - SUPLEMENTO Nº 23 - NOVEMBRO, 78

Diretor-responsável: Domício P. de Matos; *Redator:* Carlos A. C. da Cunha; *Conselho Redatorial:* Carlos R. Brandão, Elter D. Maciel, Jether P. Ramalho, José Sotero Caio, Marlene R. Campante, Rubem A. Alves.
Impressão: IMPRINTA Fotocomposição e Off-set Ltda. Rua Sacadura Cabral 107 a 111

Distribuído aos assinantes do CEI.
Assinatura anual: Cr\$ 120,00 - Avulso: Cr\$ 15,00 - Cheque pagável em nome de **Tempo e Presença Editora Ltda.**
- Caixa Postal 16.082
22.221 - Rio de Janeiro - RJ.
Registrado de acordo com a Lei de Imprensa.

**EVANGELHO DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO
SEGUNDO LUCAS**

Jesus olhando para seus discípulos, disse:

*Felizes são vocês os pobres, porque de vocês é o Reino de
Deus.*

Felizes vocês, os que agora têm fome, porque terão fartura.

Felizes vocês os que agora choram, porque vão rir depois.

*Felizes são vocês, se os homens os odeiam,
os expulsam,
os insultam,
os consideram maus,*

Por serem seguidores do Filho do Homem!

*Fiquem felizes e pulem de alegria, porque uma grande
recompensa está guardada para vocês . . .*

*Mas, pobres de vocês, os ricos, porque já tiveram a sua
alegria!*

*Pobres de vocês, os que agora têm tudo, porque vão passar
fome!*

*Pobres de vocês os que agora riem, porque vão chorar de
angústia!*

.....

Aí estão as palavras paradoxalmente duras e suaves deste editorial, as palavras de Jesus no capítulo seis do Santo Evangelho.

Este é o grande desafio para o Natal, para o Novo Ano e para muitos outros natais e novos anos: — Uma Igreja chamada a incarnar-se em manjedouras e currais.

Os quatro artigos deste número — que encerra uma fase de nossas publicações — tem o significado do grito de quem pede — por amor de Deus — que os cristãos respondam ao grito de tantos esmagados e oprimidos.

RIQUEZA E POBREZA NA LINGUAGEM BÍBLICA

Emilio N. Monti

Uma fundamentação bíblico-teológica da defesa dos direitos humanos, parece ser, por um lado, desnecessária, por outro, perigosa. Desnecessária, porque a defesa dos direitos humanos, que partem do elementar direito à vida, integra a experiência humana comum, não uma experiência especificamente cristã. Por esta razão, não requerem especial fundamentação, ainda que haja uma maneira particular bíblico-teológica de enfocar o problema. Perigosa, porque a expressão “direitos humanos” é uma concepção cunhada especialmente a partir do século XVIII e sancionada em documentos internacionais na primeira metade deste século, no qual conota aspectos de uma realidade distinta do mundo bíblico. Neste sentido, buscar uma fundamentação para ela no texto bíblico poderia levar-nos, como em tantos outros casos, a forçar uma explicação bíblica para uma concepção que não aparece no texto bíblico colocada nos mesmos termos.

Para que no confronto de nossa realidade com a mensagem bíblica, haja uma genuína correlação ou diálogo, devemos fazer um duplo esforço. Por um lado, devemos esforçar-nos para propor a pergunta em termos que possam ser respondidos com uma visão especificamente bíblica. Por outro lado, devemos fazer um esforço para traduzir essa resposta numa linguagem presente, de modo que possa responder a nossa realidade com seus próprios termos. Nossa intenção neste estudo é delinear a problemática dos direitos humanos na dimensão bíblica, situando a pergunta nestes termos. Nesta intenção, encontramos a questão sobre os direitos humanos, que é patrimônio da experiência comum e não especificamente cristã, aparecendo a Igreja no interior da sua busca de compreensão de sua missão no mundo moderno. Aqui sim, estamos no especificamente cristão, porque a natureza, propósito e caráter desta missão se compreende a partir de uma posição de fé frente ao testemunho bíblico.

Na fé da Igreja, a pergunta pela natureza, propósito e caráter da sua missão encontra a resposta na natureza, propósito e caráter da obra de Jesus Cristo. Ele é a chave para a interpretação da palavra, o que é o mesmo que dizer que a palavra se manifesta a si mesma, porque Cristo é ele próprio a “palavra feita carne”. São, pois, as próprias palavras que os evangelistas atribuem a Jesus as que nos orientam na busca do significado da missão: “Mudem de atitude porque está próximo o Reino dos Ceus” (Mt 3.2), e: “Eu vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10.10); “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me consagrou para dar a boa nova aos pobres, enviou-me para aliviar os aflitos de coração, para anunciar a liberdade aos presos e dar a vista aos cegos, para pôr em liberdade os maltratados e para anunciar o tempo favorável do Senhor” (Lc 4.18-19). Mas, referir-se à “palavra” de Jesus é o mesmo que referir-se à sua “ação”, o que ele diz e faz é a mesma coisa: Hoje mesmo cumpriu-se esta Escritura diante de vocês” (Lc 4.21); “Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são curados, os mudos ouvem, os mortos são ressuscitados e aos pobres se lhes dá a mensagem da salvação” (Mt 11.5). Na sua própria pessoa cumpre esta palavra, porque “ele era rico, mas se fez pobre por amor de vocês, para que vocês fossem enriquecidos por meio da sua pobreza” (2 Co 8.9), uma vez que “se despojou do que era seu e assumiu a natureza de servo ao nascer como homem” (Fp 2.7).

Os primeiros que recebem o anúncio do nascimento de Jesus são os pastores (Lc 2.8ss), parte e presença dos “pobres de Israel”. A estes vem Jesus. Aos que nada têm, aos que dependem dos outros, aos que só esperam em Jeová: os sem recursos, pobres, aflitos, enfermos, presos e maltratados.

Entenderemos muito da natureza, propósito e caráter da missão de Jesus Cristo, se entendemos o que significa que a estes — os pobres — é pregado o Evangelho. Para isto devemos entender o que significa “pobreza” na linguagem bíblica, e — como todo termo se define por oposição — devemos entender também o que biblicamente se entende por “riqueza” ou “bens”.

Riqueza e Pobreza na Linguagem Bíblica

No desenvolvimento do pensamento bíblico o termo “pobres” — na expressão “os pobres de Israel” — adquire um sentido especial, mas o mesmo é uma extensão e especificação do termo em seu sentido geral, tal como aparece na oposição “riqueza-pobreza”. Devemos começar com a compreensão deste sentido geral, se não quisermos errar na do seu sentido especial.

Nem sempre o AT considerou a posse de bens como algo pecaminoso, mas, ao contrário, o erigia como um dom de Deus. Deste modo, aparece na apologia de 1 Crônicas (29.10-19), onde Jeová é aclamado como o

4 que dá riquezas e a glória, a grandeza e o poder. Todas estas coisas Deus dá ao “que o teme” e “se compraz nos seus mandamentos” (Sl 112.1-3), incluindo bens e riquezas, associados sempre ao poder.

Não podemos passar por cima deste sentido dado à riqueza e aos bens no AT. Pareceria, inclusive, que na experiência de Israel a pobreza não se estima como algo permanente senão como etapa desafortunada no caminho até uma vida de abundância. Sempre permanece a expectativa de “uma terra prometida”.

Sem dúvida, para que os bens possam ser entendidos como um dom de Deus é necessário, em primeiro lugar, que sejam fruto do trabalho. Isto se reflete especialmente na literatura sapiencial: aumenta suas riquezas o que as obtém trabalhando: “quem junta pouco a pouco” e “o que recolhe com mão laboriosa” (Pv 13.11). Devemos notar que, num período de economia rural incipiente, a relação entre o trabalho e os bens era mais imediata. Parecia mais óbvio, então, atribuir o fruto do trabalho à bênção de Deus. Em parte esta mentalidade persiste a nível popular, ainda nos tempos de Jesus, como veremos na passagem do “homem rico”.

Na passagem de Eclesiastes (5. 8-20) que gira em torno da mesma consideração dos bens como fruto do trabalho e da bênção de Deus (v. 18) agrega-se, sem dúvida, um segundo elemento importante. Para que os bens possam ser entendidos como um dom de Deus, não só devem ser fruto do trabalho, mas devem ser recebidos na medida da necessidade de cada um (v. 19). Aquele que junta mais do que necessita não obtém dele nenhum proveito (v. 10), assim como sucedia com o maná (Êx 16.19-21).

Esta concepção está presente também no NT (2 Co 9.8). Deus é o que dá abundância, mas na medida suficiente: “para que assim tenham sempre todo o necessário”. A expressão que aqui se traduz “todo o necessário”, “o suficiente” é “autarquia”: ter tudo e só o indispensável para não passar necessidade, para não ser dependente.

O Serviço ao Pobre

Mas é claro que a relação “trabalho-bens” não resultava sempre tão simples, uma vez que os frutos da terra dependiam claramente de outros elementos à parte do esforço colocado no trabalho. O clima, as pragas, as diferentes qualidades de terra, não permitiam obter sempre o mesmo fruto com o mesmo esforço. Nem sequer o próprio trabalho pessoal dependia totalmente da boa vontade do indivíduo, pois estava mediado pela eventual incapacidade parcial ou total.

Por isso, ainda que não se deixe de entender a pobreza como uma situação infortunada e seguramente transitória, aparece a insistência no serviço aos que passam por uma situação de pobreza. Aquele que recebeu os bens como bênção, deve usá-los para servir ao que, por uma situação fortuita, padece necessidade. Isto aparece já nos sapienciais. Deus castiga ao que tem bens e não os comparte com o pobre (Jó 31.16-23, cf. 29.11-17); pelo contrário bendiz aquele que o faz (Pv 14.21; 19.19), pois fazer o bem

ao pobre é fazê-lo a Deus. Ter bens e fazer o bem ao pobre se entende como algo indissolúvel ante os olhos de Jeová, uma vez que a bênção de Deus é determinada por sua justiça: “bens e riqueza em sua casa, sua justiça permanece para sempre” (Sl 112.3).

Esta exigência de servir ao pobre está expressamente reiterada na Lei: “não endurecerás teu coração nem fecharás tua mão ao teu irmão pobre” (Dt 15.7ss), não prestar assistência ao pobre é “carregar um pecado” diante de Jeová (v.9). Os bens que Deus dá são parte do compromisso do Pacto – misericórdia: *hesed* – e isto requer a obediência da outra parte, manifestada em atos de misericórdia. Junto a esta referência geral encontramos leis particulares que protegem aos que, carentes de recursos, devem depender dos outros: pobres, viúvas, órfãos, escravos e estrangeiros. Leis com referência a deixar descansar a terra e a não retirar a totalidade da colheita para que possam comer os pobres (Êx 23.11, Levítico 19.10; 23.22; Dt 24.19-22). Leis referentes a não reter a roupa como garantia ao dar um empréstimo, nem fazê-lo com usura (Dt 24.10-13,17; Lv 25.35-37) e a cumprir o pagamento do salário no dia (Dt 24.14-15) Especialmente a lei que concede o “direito a resgatar a terra” ao que tiver que vender sua terra por empobrecimento (Lv 25.23-24), porque “a terra não pode vender-se, porque a terra é minha, uma vez que vós sois para mim como forasteiros e hóspedes” (v. 23). Nesta linha encontramos duas leis que adquirem especial significado: a do ano da remissão e a do ano do jubileu. O ano de remissão, o sétimo, no qual se devem perdoar todas as dívidas – “com a finalidade de que não haja nenhum pobre junto de ti” – e dar liberdade aos escravos (Dt 15.1-6, 12-18; Êx 21.1-11). O ano do jubileu no qual deve-se proclamar “liberdade na terra para todos os seus habitantes”, para que volte cada qual à sua possessão” (Lv 25.8-28).

Esta exigência da Lei está fundada na misericórdia de Deus, da qual o povo de Israel deve manter a memória: “Recorda-te que foste escravo no país do Egito, por isso te mando fazer isto” (Dt 24.18,22 e outros; cf. 10.17-19).

Esta exigência de servir o pobre alcança seu clímax nos profetas. A palavra de Jeová, pela boca de Isafas (1.10-20) rejeita o culto do povo por seu formalismo e o exorta ao arrependimento com tais palavras: “Desiste de fazer o mal, aprende a fazer o bem, busca o justo, dá seus direitos ao oprimido, faze justiça ao órfão, defende a viúva” (v. 16-17). Somente se fazem assim serão perdoados e poderão aproveitar do fruto da terra (v. 19, cf. Dt 24.19; Sl 41.1), do contrário serão destruídos (v 20). Castiga-se não só o não compartilhar os bens com o pobre, mas também o não usá-los em seu favor. Falamos, na passagem já citada (2 Co 9.8) desta mesma linha de pensamento no NT. Recebe-se o suficiente pela misericórdia de Deus, mas isto deve gerar a solidariedade, porque Deus dá para “ajudar em todo tipo de boas obras”. A relação entre as boas obras – que neste contexto se referem ao partilhar com o pobre – e a justiça, fica clara com a citação que o apóstolo faz do Salmo 112.9 que já vimos.

6 O Pecado da Opressão

A necessidade que motiva a exigência do serviço ao pobre e sua proteção, não é só o resultado de contingências que escapam à vontade do homem, mas é, essencialmente, resultado do seu egoísmo e ambição. Como já vimos, os bens da terra são para proveito de todos e devem ser utilizados na medida da necessidade de cada um. Reter, neste sentido, os bens para o próprio proveito é motivo das necessidades de outros, e, por isso mesmo, fonte de injustiça. O acumular mais bens que os necessários é o resultado da ambição do poder, como exorta o salmista: “Não confieis na opressão, não se iludam com a rapina, ao aumento das riquezas não apagueis o coração” (62.11). Ao que age assim o espera a destruição, como profetiza Ezequiel contra o príncipe de Tiro (28.4-5 cf. Pv 11.28), o qual, ao acumular riquezas com a sabedoria que Deus lhe deu, se sentiu com poder para colocar-se em seu lugar. Tudo o que mal se acumulou de nada serve: será “como a perdiz que incuba o que não pôs”, o que amontoa riquezas injustamente (Jr 17.11; cf. Ec 5.11). O pecado de “amontoar riquezas” não se funda numa base moralista individual, sem significação a não ser para quem o comete, mas no mau uso dos recursos que Deus dá para o bem-estar de todos, o qual implica injustiça, privação e despojamento do outro.

Isto nos conduz a um passo adiante neste processo, que poderíamos chamar de tomada de consciência profética. Ao aprofundar o sentido da justiça, os profetas vão além da simples exigência de prestar serviço ao pobre. Os profetas descobrem a outra face da medalha: a riqueza de uns não é possível sem a pobreza de outros. A mensagem profética considera que as riquezas amontoadas excessivamente são o resultado da opressão e, por sua vez, motivo dela. Rapidamente se compreende que não existe uma relação tão clara e direta entre o esforço do trabalho e a obtenção dos bens. Não só os acidentes climáticos e a natureza, nem sequer os acidentes pessoais, os que distorcem essa relação. Numa situação rural mais sedentária, com novas formas de relação comercial e de trabalho, a relação trabalho-bens aparece claramente distorcida pelo abuso do trabalho dos outros, pela retenção dos bens pelas dívidas, pela perversão da justiça em favor dos mais privilegiados (como veremos nas passagens proféticas que citaremos mais adiante). A insistência dos profetas no cumprimento das leis de remissão, como das outras leis que protegiam os pobres, deixa bem claro que o cumprimento destas leis não era freqüente. O ano do jubileu, que proclama a liberdade da terra a todos os seus habitantes, se converte no conteúdo do anúncio do dia de Jeová, imagem da esperança do povo que experimentava que aquela graça não era uma realidade no seu cotidiano. A explicação simplista da relação trabalho-bens de que falamos principalmente na literatura sapiencial, não pode mais prosperar frente a esta realidade. Neste sentido a mensagem profética muda de tom: já não se fala tão somente de servir ao pobre, mas condena-se claramente o pecado da opressão.

O dia de Jeová, que proclama Amós, o profeta da Justiça, não será um dia de alegria mas de castigo (5.18-20) — seca, gafanhoto, guerra, pes-

te e, no final, o 'cativeiro — por causa dos males sociais e religiosos do povo, que aparecem intimamente ligados. Porque oprimiram os débeis e arrasaram os pobres (4.1), Israel será castigado com o exílio (5.11): “Ouvi isto, os que exploram os necessitados e arruinam os pobres da terra, dizendo: Quando passará o mês, e venderemos o trigo; e a semana, e abriremos os celeiros de pão, e falsearemos a medida, e subiremos o preço, e falsearemos a balança para comprar os pobres por dinheiro e os necessitados por um par de sapatos, e venderemos as dissimulações do trigo?” (8.4-6; cf. 2.6-7; 5.11). Isto está intimamente unido, ligado à corrupção dos que têm que administrar a justiça, para não atender aos reclamos do pobre: “Que eu sei que são muitas as vossas rebeldias e graves os vossos pecados, opressores do justo, que aceitais suborno e atropelais aos pobres na porta e nos tribunais, fazeis perder sua causa aos pobres” (5.12)

Da mesma forma o anúncio profético de Jeremias a Judá: “Praticai o direito e a justiça, livrai o oprimido de mãos opressoras e ao forasteiro, ao órfão e à viuva não atropeleis, não façais violência nem derrameis sangue inocente neste lugar” (22.3), se for assim seguirão gozando das bênçãos de Deus e seguirão existindo como nação, do contrário, “em ruínas parará esta casa” (v 5)

Em Isaías encontramos o mesmo tom de denúncia, especialmente com relação ao culto, mas, ao mesmo tempo, nos encontramos com o anúncio da consolação. Esta mensagem de esperança toma entre outras a imagem do ano do jubileu: “Anunciar a boa nova aos pobres, aliviar os corações despedaçados, pregar aos cativos a libertação e aos presos a liberdade, apregoar o ano da graça de Javé” (Is 61.1-2). Estas palavras do profeta serão as que tomará Jesus no começo do ministério em Nazaré, para anunciar o propósito da sua missão.

Deus ou as Riquezas

Neste processo as riquezas deixaram de ser sinônimo da bênção de Deus. Ou melhor, por causa de sua injustiça se convertem em maldição para quem as possui, pois se convertem em fonte de idolatria. São idolatria, em primeiro lugar, porque não são reconhecidas como um dom de Deus. São idolatria, em segundo lugar, porque não servir ao pobre partilhando com ele os bens é ir contra a vontade de Deus (1 Jo 3.17). São idolatria, em terceiro lugar e principalmente, porque (especialmente na mensagem profética) a acumulação de bens está associada à exploração e à injustiça, o que pressupõe infidelidade a Deus. Isto significa pôr a riqueza no lugar de Deus: “Esse é o homem que não pôs em Deus seu refúgio, mas em sua grande riqueza confiava, e se vangloriava de seu crime” (Sl 52.9). A idolatria não consiste em dar um fim último às posses, mas o fato de que com isto se afronta a dignidade de Deus não cumprindo com a justiça (cf Pv 17.5; Jó 31.23). A confiança na riqueza e no poder chega assim a substituir a confiança em Deus, e isto é idolatria, não por analogia com uma realidade metafísica da luta do bem contra o mal, mas por sua relação com uma realidade objetiva de injustiça e opressão.

Na tradição profética, o culto verdadeiro é inseparável da justiça social, precisamente porque a opressão — que é o abuso da riqueza e do poder — é idolatria. Isto está claro em passagens como as de Isaías (1.10-20) 58.6-7), no qual o jejum verdadeiro, agradável a Deus, é “desatar as ligaduras da impiedade, soltar as cargas de opressão e deixar ir livres os infelizes”. Jeremias (7.1-15) profetiza contra o templo que havia sido convertido em cobertura da injustiça. Precisamente desta última profecia toma Jesus as palavras que utiliza quando desaloja os mercadores do templo (Mt 21.13). Por esta mesma razão os males religiosos e os males sociais estão estreitamente relacionados: “Afasta do meu lado a multidão das tuas canções, não quero ouvir a salmodia das tuas harpas! Que flua o juízo como água e a justiça como uma torrente inesgotável!” (Am 5.23-24). Igual associação aparece em (1 Tm 6.6ss) “O amor ao dinheiro é a raiz de toda classe de mal” (v 10). Isto é assim não por uma consideração moralista sobre a vileza do dinheiro, mas porque o enriquecer-se faz-se à custa da desobediência à vontade de Deus, posto que Deus dá para o próprio proveito e para compartilhar com os demais (vv 17,18). Esta desobediência é infidelidade a Deus, pois a ambição do dinheiro desvia da fé (v 10). Daí a exortação que faz o apóstolo: “Não ponham sua esperança nas riquezas”, e sua alternativa: “melhor que ponham sua esperança em Deus” (v 17). Isto explica a afirmação com que começa a passagem: a religião (piedade) é uma grande riqueza para “o que está contente com o que tem”. A tradução deste final é a mesma utilizada em 2 Co 9.8 “autarquia”, o suficiente para não ser dependente. Notemos que é neste contexto da fidelidade a Deus onde se moldará o sentido especial da expressão “pobres de Israel”. O sentido negativo das riquezas, sustentado pelos profetas, é o que prevalece no NT, especialmente na boca de Jesus. As condições históricas do período do NT, no qual o povo de Israel vem sofrendo a dominação de nações estrangeiras, justificam ou revigoram ainda mais este sentido.

Por isso, para Jesus, as riquezas e a fidelidade a Deus são irreconciliáveis. “Não se pode servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6.24), é uma alternativa sem discussão (Mt 13.22). A parábola do “rico insensato” (Lc 12.16-21) é clara neste sentido. A insensatez do rico não está num erro de cálculo, senão na infidelidade a Deus — “assim se passa com o homem que amontoa riquezas para si mesmo e fica pobre diante de Deus” — o que implica a idéia negativa de riqueza. A fidelidade a Deus exige deixar as riquezas (ver a referência a Moisés que “se considerou mais rico ao sofrer a desonra de Cristo, do que ter toda a riqueza do Egito, Hb 11.26).

A relação das riquezas com a exploração no NT, aparece claramente na carta de Tiago. As riquezas se amontoaram à custa da exploração daquele que trabalha: “O pagamento, que vocês não deram aos homens que trabalharam na suas colheitas, está clamando contra vocês” (5.4) — e a opressão — “Vocês condenaram e mataram os inocentes, sem que eles resistissem” (v 6) — por isso aos ricos os espera a maldição e a destruição. A denúncia do apóstolo é incisiva: “Escutem isto, ricos! Chorem e gritem pelas desgraças que vão sofrer. . . o Senhor dos exércitos ouviu a queixa desses

trabalhadores. Aqui na terra vocês se deram uma vida de luxos e prazeres, engordando como gado, e já chega o dia da matança” (5.1,4,5)

Nas próprias palavras de Jesus, no seu diálogo com o homem rico (Mt 19.26-30) a condenação é incisiva: “é mais fácil para um camelo passar pelo buraco de uma agulha que para um rico entrar no Reino de Deus” (v 24). Ainda correm por aí muitas explicações do tipo “Jesus disse. . . mas, em realidade quis dizer. . .” — para atenuar a força destas palavras. A construção é suficientemente direta para não admitir interpretação. A imagem do camelo passando pelo buraco de uma agulha é uma figura exagerada para exprimir, precisamente, o grau máximo ou, praticamente, a impossibilidade total. Existem, pois, menos possibilidades de que o que tem riquezas entre no Reino de Deus, do que as possibilidades que tem um camelo de passar pelo buraco de uma agulha. . . E qual é o índice de probabilidade de que isto suceda? Por isso mesmo o caráter incisivo destas palavras provoca a surpresa dos discípulos: “Quem pode, pois, ser salvo”? (v 25). Nos discípulos, contudo, tem vigor a idéia popular de que os bens são recompensas de Deus para o esforço e bondade do homem. Aos seus olhos, pois, os ricos eram os que mais tinham porque mais mereciam a bênção de Deus. Desta maneira, se os que mais merecem favor de Deus não podem ascender a seu Reino, quem poderá fazê-lo? Resulta claro que não é este o conceito que está presente nas palavras de Jesus, mas, muito mais, o sentido negativo que denunciarão os profetas. Visto nesta linha não é difícil entender as palavras incisivas de Jesus. As riquezas são o resultado e, por sua vez, o motivo da exploração e da opressão, e isto é irreconciliável com o Reino de Deus, sem atenuantes.

Os Pobres de Israel

A mensagem bíblica com relação aos pobres não dá lugar para um ideal ascético. O que se reclama não é uma vida de privações, senão renunciar à riqueza, entendida nesta associação com a opressão e a infidelidade de Deus. Nisto é claro o termo “contentamento” ou “suficiência”, “autarquia” — que falamos. (2 Co 9.8; 1 Tm 6.6). Seu sentido original faz referência a ter o suficiente para não depender dos demais, para não viver em dependência. Em ambos os contextos, não é uma exigência de privações, mas uma exigência de partilhar com outros, para que todos possam ter o suficiente. Por isso é bíblico pregar o contentamento ao que tem mais que o suficiente para que renuncie a isto e ao que tem o suficiente para que não ambicione mais; mas pregar o contentamento ao que tem menos que o suficiente para viver com independência, não tem consenso bíblico. A pobreza nunca é considerada uma virtude, porque nem sequer é um estado desejável, pois é a carência de algo que Deus dá, cujo propósito é que todos tenham o suficiente (autarquia).

Não obstante, o sentido negativo atribuído à riqueza pela mensagem profética tende, por oposição, a carregar de um sentido positivo a pobreza. Isto se dá no marco de referência da fidelidade a Deus. O povo tem que en-

10 frentar a alternativa de possuir bens dobrando-se ante o invasor, ou seguir sendo fiel a Jeová renunciando a toda possibilidade de ter os bens necessários. Aparecem assim os “pobres de Israel”: aqueles que assumem voluntariamente a pobreza, não como um bem em si mesmo, senão como uma condição necessária para seguir sendo fiéis a Jeová. Estes são os que deixaram toda a confiança na riqueza e no poder e só esperam em Jeová. São os que, como Simeão, esperam a “liberação da nação de Israel”. (Lc 2.25ss). Os quais são os bem-aventurados “pobres no espírito” (Mt 5.3).

Neste contexto, a pobreza se faz sinônimo da fidelidade a Jeová. Somente assim se pode falar figuradamente da “riqueza que há na pobreza” e da “pobreza que há na riqueza”, como vemos em vários textos (12.21; 2 Co 8.9; Tg 2.5; Ap 2.9; 3.17). Há nesta renúncia das riquezas e neste assumir voluntariamente a pobreza uma inversão dos valores correntes.

Por esta mesma razão, o “tomar-se pobre”, como o “tomar-se criança”, é um ato de conversão. O homem rico que dialoga com Jesus (Mt 19.26-30), fiel observador da lei, dele se aproxima para saber que mais devia fazer para ter a vida eterna. É claro que busca um “algo mais” para ajuntar ao bem que já fazia, mas Jesus não lhe dá este “algo”, mas lhe pede uma mudança total, que prove nas ações a genuidade de sua religiosidade. Normalmente, quando se considera a resposta de Jesus (v 21) coloca-se ênfase no “vende o que tens” reduzindo-a a uma prédica ascética. Esquece-se sempre que a frase continua com outras palavras nas quais recai a ênfase: “dá-o aos pobres”. Desta maneira a resposta nada tem que ver com o ascetismo, senão com um ato de conversão, que implica — como para os profetas — pôr em ação a religiosidade que proclama. O “vende o que tens e dá aos pobres” é a condição necessária da conversão: mudar a fidelidade às riquezas pela fidelidade a Deus. Neste contexto adquire seu sentido cabal a expressão de Jesus: “Os homens não podem fazer isto, mas Deus pode fazer tudo” (v 26). O que é possível para Deus é impossível para os homens? Um ato de prestidigitação pelo qual faz-se passar um camelo pelo buraco de uma agulha, ou o realizar a conversão do homem? Ou seja, que este assuma voluntariamente a pobreza para ser fiel a Deus (o que implica que o explorador e opressor deixe de sê-lo, partilhando seus bens com todos). Isto é o que faz Zaqueu, não só devolver o que havia defraudado, mas também partilhar os seus bens supostamente bem adquiridos; por isso Jesus afirma: “Hoje chego a salvação a esta casa”. (Lc 19.1-10)

O Cântico de Maria

A esperança de salvação que têm os pobres — “Os que esperam a libertação da nação de Israel” — se expressa no cântico de Maria (Lc 1.46-55) como no AT, no cântico de Ana (1 Sm 2.1-10). Não é casualidade que estes cânticos se ponham na boca das mulheres, posto que eram membros de um dos setores oprimidos da sociedade. E ainda mais oprimidos se não tivessem filhos. Daí o motivo do cântico de Ana, a estéril, à qual Deus concede um filho. Mais oprimida ainda, se não tivesse um varão que a protege-

ra. Este é o motivo do cântico de Maria, a que ia ter um filho sem ter marido. Deus a faz sua eleita. Maria é o cume da opressão, três vezes oprimida e marginalizada: por ser parte dos “pobres de Israel”, por ser mulher e por ser repudiada. É por isso que quando Maria sabe que seu repúdio se converte em eleição — como Ana quando sabe que vai ter um filho — prorrompe num cântico de louvor. A libertação desta causa de opressão mais imediata — o repúdio, e a esterilidade no caso de Ana, do que outras estavam livres — é, em sua experiência, o anúncio de uma libertação futura — a pobreza, na qual todos estavam oprimidos — e se converte em esperança. Por isso o cântico de Maria é uma mistura de protesto (denúncia) e de ação de graças, alegria e esperança (anúncio).

Não existe no cântico de Maria somente uma exigência de serviço ao pobre, nem sequer somente uma denúncia do pecado de opressão, mas a afirmação de uma conversão e inversão de valores, que assegura a esperança de uma transformação total. Esta inversão de valores não é tanto um programa político de reivindicação arrivista — que quer pôr o de baixo em cima e o de cima em baixo — mas que assinala a realidade de que é impossível que os pobres deixem de o ser, se os ricos seguem sendo. Não é meramente uma mudança de lugar, é uma transformação da realidade, uma conversão no sentido mais estrito.

“Pobre” é o que não tem o necessário para viver sem dependência, não só como resultado de uma situação infortunada, mas principalmente por ter sido privado ou despojado dos dons que Deus deu para o bem-estar de todos. “Pobre” é também o que renunciou às riquezas por fidelidade a Deus. Por ele o pobre não é meramente marginalizado, mas oprimido. O marginalizado é o que está fora dos benefícios de um grupo social e pode deixar de sê-lo por uma incorporação ao mesmo. Mas pobre é aquele que forma parte do setor oprimido sobre o qual se apóia o grupo social e que é, portanto, necessário. Por isso que, para deixar de ser oprimido, não basta uma impossível incorporação a algo que já existe, mas que é necessária sua transformação. Esta esperança é a que está presente no cântico de Maria: “Aos poderosos fez baixar dos seus postos, e aos humildes exaltou. Aos famintos encheu de bens e despediu os ricos com as mãos vazias” (Lc 2.52-53).

Jesus Vem aos Pobres

Jesus vem aos que não têm recursos para viver sem dependência, ou seja, todos os que entram na caracterização extensiva de “pobre”: escravos, mulheres, crianças, estrangeiros, incapacitados. Não poderemos entrar num estudo bíblico extenso, mas gostaria de notar de que maneira algumas passagens se relacionam mais do que imaginamos com este propósito do ministério de Jesus, as quais raramente foram olhadas sob esta ótica (como vimos no diálogo de Jesus com o homem rico).

A primeira manifestação pública de Jesus, segundo João, é sua participação nas bodas de Caná da Galiléia (Jo 2.1-12). As festas de casamento

12 ação conseqüente: receber a criança (Mc 9.37) significa brindar-lhe o cuidado adequado, isto é, servindo — Jesus mostra os dois lados da mesma duravam então, mais de um dia e os festejos se prolongavam por toda uma semana, na qual o casal recebia um cuidado especial (eram considerados rei e rainha). Esta semana de festa tinha grande importância, especialmente para as famílias humildes, que viviam muito tempo economizando o que não tinham para prepará-la, já que seu êxito era “questão de honra” (como sucede ainda hoje com algumas celebrações populares em nossos países). O vinho, como em todo o Oriente, era essencial como sinal de hospitalidade, por isso sua falta era uma descortesia em qualquer situação, tanto mais numa festa. Ficar sem vinho no meio de umas bodas era, para o pobre, — uma vez que este não era um risco que corriam os ricos — um desastre, sinônimo de fracasso e humilhação. Fora outros elementos muito ricos que tem este relato — como a importância que tinha para Jesus a alegria, sua preocupação pelas coisas simples e cotidianas etc. — é importante ressaltar este elemento que poucos consideram: o primeiro sinal com o qual Jesus “mostrou sua glória” (v 11) foi livrar da vergonha e devolver a alegria ao lar de uma família pobre, cobrindo suas necessidades em medida suficiente (para que fossem numa semana como ricos).

As mulheres, que por sua caracterização se assimilam ao conceito de pobres, são privilegiadas por Jesus, como em suas recomendações sobre o divórcio (Mc 10.2-16; Mt 19.3-10). É difícil entender uma passagem como esta sem entender o que significava, então, o divórcio. Geralmente erramos, tomando os conceitos que existem por trás de nossas atuais legislações sobre o divórcio e transferindo-as ao texto bíblico. Naquele tempo o divórcio não era a possibilidade dos membros de um casamento regularizarem uma situação infortunada, mas a possibilidade do homem deixar a sua mulher quando bem entendesse, o que às vezes era feito por motivos insignificantes. A Lei de Moisés (Dt 24.1-4) não se opunha a fundo a esta lei, mas atenuava seus efeitos exigindo que se desse à mulher uma carta de divórcio. Este documento a deixava livre para voltar a se casar. Assim esta é uma legislação que protege a mulher, se a vemos sob o ponto de vista do que significava, então, para ela não ter varão que a protegesse (o mesmo sentido tem, se consideramos a situação da mulher que não tinha filhos ou a lei pela qual uma pessoa deve dar descendência à viúva de seu irmão, Dt 25.5-6). Contudo, esta concessão de Moisés tinha uma limitação: a mulher que voltasse a casar não poderia voltar com seu primeiro marido (v 4). É neste quadro que se devem entender as palavras de Jesus, que, apelando ao propósito de Deus na Criação, (Mc 10.6-7) vai além na proteção da mulher. Para Jesus, o problema é a ruptura em si, que destrói uma relação santificada. A concessão de um novo matrimônio, à luz disto, não é uma espécie de castigo, mas o modo de não fechar a possibilidade de que a mulher seja recebida novamente pelo seu esposo, para restituir a relação amorosa. Nem sequer preocupa a Jesus a eventualidade de que tivera

filhos (cf. Mt 22.29-30). O que ele põe em relevo é a exigência de que a mulher não seja despedida por qualquer motivo e, se já havia sido, insistir em voltar a recebê-la, por isso devia ficar aberto o caminho. Desta maneira as palavras de Jesus revertem uma lei que estava centrada somente nos privilégios do homem. Que isto é desta maneira resulta claro pela surpresa que expressam seus interlocutores: “Se é assim o caso de um homem com relação a sua esposa, não convém casar-se” (Mt 19.1-10). O Evangelho propugna uma mudança de relação no casal, como aparece também na passagem de Paulo (Ef 25-33) e Pedro (1 Pe 3.7), apelando a um membro “pobre” da comunidade.

Outra figura importante que deve entender-se nesta linha é a da criança, como aparece, por exemplo, na passagem de Marcos (9.33-37). A imagem da criança pode representar muitas coisas por isso deu lugar a muitas associações de imagens, todas elas muito sugestivas. Sem dúvida, a referência a esta passagem aponta a uma característica muito particular. A parábola vivente que utiliza Jesus aparece no contexto da disputa dos discípulos sobre a humildade. Isto fica ainda mais claro com a observação que se inclui em: “O mais importante é o que se humilha”. (Mt 18.4) A característica que se põe em relevo aqui é próxima à do pobre, a da mulher e a do escravo: a criança vive em dependência, só pode esperar receber dos seus maiores o de que necessita para suprir suas necessidades. Isto está associado à confiança; a criança é a que só pode esperar e proceder assim confiadamente de acordo com essa esperança (como no caso dos “pobres de Israel” que “só esperam em Jeová”, (cf. 1 Pe 5.5,6). Assim o “tornar-se como crianças” implica uma inversão dos valores correntes: o menor é o maior e o maior é o menor. A mesma inversão de valores aparece nas passagens onde Jesus responde à disputa dos discípulos sobre quem ocuparia os lugares principais: “os que governam as nações fazem-se donos delas. . . qualquer de vocês que queira ser o primeiro deve ser escravo de todos” (Mc 10.42,43). Igualmente o vimos no Cântico de Maria. “Tornar-se criança” é, pois, um ato de conversão – como “tornar-se pobre” – como está claro em “se vocês não mudam” ou “se convertem” (Mt 18.3 cf. Jo 12.40). Esta conversão é uma condição necessária para entrar no Reino dos Céus (compare-se com a exigência de Jesus ao homem rico para entrar no Reino de Deus: “Vende tudo o que tens e dá aos pobres” (Mc 10.21).

Tornar-se Pobre

Esta conversão é uma confiança ativa: significa pôr a confiança só nele ao mesmo tempo mover-se nessa direção. Fazer-se criança implica uma

14 medalha: a conversão — tornar-se criança — e envolve sua proteção — receber a criança. Com isto cumpre-se a vontade e propósito de Deus expressados em Cristo, por isso é que, em última instância é um serviço a Cristo e a Deus mesmo. Jesus nos aparece na criança: “A pessoa que recebe em meu nome a uma criança como esta, recebe a mim, e o que recebe a mim, não somente a mim recebe, mas também aquele que me enviou”.

Se de alguma maneira podemos traduzir nossa expressão “defesa dos direitos humanos” em termos bíblicos, deveríamos falar da proteção do pobre, da mulher, da criança, do servo, do necessitado e do estrangeiro. Não porque ao testemunho bíblico não importe a situação humana dos ricos e dos poderosos, mas porque eles têm sua proteção na sua própria riqueza e poder (cf Jo 18,36). Enquanto que “os pobres”, que não têm senão a “esperança em Jeová”, só têm sua “Palavra”. Por isso os profetas, que falam a Palavra de Jeová, e Jesus que é a própria Palavra, falam a Palavra a favor dos pobres, das mulheres, das crianças, dos necessitados e dos estrangeiros.

A CAMINHADA DO POVO DE DEUS NA AMÉRICA LATINA *

1. RETROSPECTIVA: OS PASSOS E OS IMPASSES DA CAMINHADA DO POVO DE DEUS

Introdução

1. Ao contemplar a caminhada do povo de Deus nos últimos 10 anos, agradecidos, reconhecemos nela a presença e a força do Espírito do Senhor. No meio das desafiadoras contradições históricas que atravessam nossa sociedade, Ele soube conduzir a comunidade cristã na fidelidade a Jesus e a seu Evangelho. Imbuiu-a de energias, de ressurreição e assim a Igreja pôde assumir a missão de ser o sacramento libertador de Cristo para esta situação que, aos olhos da fé, contradiz em tantos aspectos ao desígnio de Deus.

2. A Igreja, na força do mesmo Espírito, busca ser mais pobre, mais fraterna, mais popular, mais profética, mais comprometida com os valores essenciais do Reino que são o amor confiante ao Pai, o serviço concreto aos irmãos e o compromisso decidido na construção de um mundo mais conforme aos ditames da justiça e da paz. Ao evangelizar os pobres ela mesma se sentiu evangelizada por eles e, ao encarnar-se mais profundamente no povo, ela mesma se fez mais povo de Deus. A causa dos injustiçados foi mais decisivamente também a sua causa e as violências contra os humildes ela ajudou igualmente a suportar. Assim bispos, sacerdotes, religiosos, leigos, operários, camponeses, índios, intelectuais, estudantes e homens de boa vontade se sentiram mais povo de Deus, lutando pela causa de Deus nas causas da justiça e do direito dos pobres, sofrendo juntos e celebrando juntos a esperança que alimenta a fé no Evangelho e o amor a Jesus Cristo e aos irmãos.

3. Houve nestes 10 anos mártires que selaram com a própria vida a aliança Sagrada de Deus com a libertação de seus filhos. Toda salvação que vem de Deus, como nos ensinam os profetas e o próprio Jesus Cristo, se faz numa trajetória de sangue e de morte. É o supremo testemunho pela verdade e é sinal inconfundível do caminho verdadeiramente redentor. (1)

*Estudo elaborado por Bispos e teólogos, e apresentado por Dom Marcelo Pinto Carvalho, Bispo Auxiliar da Paraíba, na Assembléia Geral dos Bispos do Regional NE 11, a 2/IV/1978 e distribuído aos Bispos na Assembléia Geral da CNBB em Itaici nos dias 18-25 de abril.

(1) Comissão Representativa da CNBB, Comunicação ao Povo de Deus, em SEDOC 9 (1977) 786-796.

4. Alegres e agradecidos assistimos ao emergir de uma vasta rede de comunidades que nas bases da Igreja e da sociedade dão testemunho de unidade, de vida e de fé, de construção da cidade de Deus dentro da cidade dos homens e de gestação do homem novo no interior do homem velho. Apesar de todas as rupturas que não deixou de sofrer dentro de seu próprio corpo, a Igreja jamais arrefeceu na coesão pela causa do Reino e na fidelidade de servir preferencialmente aos pobres de nossa sociedade. (2)

5. Nesta retrospectiva dos últimos 10 anos, a comunidade, mediante seus setores, quer renovar a adesão apostólica a seu divino fundador Jesus Cristo e à força que a impulsiona no serviço ao Pai e aos irmãos que é o Espírito Santo. Sabe que na medida em que renova a fé e a esperança de nossos Pais e assume a missão dos Apóstolos ela se constitui em Igreja de Cristo e prolonga o caminho encetado na fidelidade ao Evangelho e às interpelações que Deus dirige mediante os desafios da sociedade na qual nos toca viver nessa esperança até que o Senhor venha.

6. A terceira conferência dos Bispos da América Latina em Puebla (México) marcará, estamos certos, uma baliza a mais no compromisso já assumido pela Igreja com a libertação de nosso povo, em nome de Deus libertador que nos deu Jesus Cristo como o definitivo libertador do mundo e do homem.

Passos Marcantes na Caminhada do Povo de Deus

1. Dificilmente entenderíamos a caminhada do povo de Deus nos últimos 10 anos sem referirmo-nos a dois acontecimentos decisivos na história recente da Igreja universal e continental: o Concílio Vaticano II e a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano em Medellín (1968).

Uma Igreja do mundo moderno

O Vaticano II definiu a missão da Igreja dentro do mundo moderno pluralista, pragmático, científico-técnico e marcado por profundas rupturas mas não menos carregado de esperanças. A Igreja se entendeu como sacramento de unidade dos homens com Deus e dos homens entre si (LG I), solidária “com as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (GS I). Esta compreensão teológica legitimou e reforçou o compromisso que a comunidade cristã havia assumido como colaboração evangélica na gestação de um mundo mais humano. (3)

Uma Igreja do submundo dos pobres

Medelín traduziu para as condições próprias do nosso Continente estigmatizado pelo subdesenvolvimento o que significa realmente ser solidá-

(2) Decisões de Regionais da CNBB sobre CEBs: Norte I e II, SEDOC 7 (1975) 785: Sul I, em SEDOC 8 (1975) 330/1.

(3) CNBB, Exigências cristãs de uma Ordem Política, em SEDOC 9 (1977) 1018-1025.

rio “sobretudo com os pobres e com todos os que sofrem” (GS I). A Igreja especificou sua missão, não apenas dentro do mundo simplesmente, mas dentro do submundo dos pobres. Dentro deste mundo bem específico ela se sentiu chamada a ser o sacramento de libertação integral. Fez seu “o desejo de emancipação total e da libertação de qualquer servidão” (Introdução às Conclusões, 4) das grandes maiorias empobrecidas do nosso povo. Esta opção da Igreja secundou o esforço dos cristãos comprometidos por causa da sua fé no processo da libertação dos oprimidos e marcou a caminhada que nos alcança até o momento presente.

2. Tentaremos fazer, em primeiro lugar, uma rápida retrospectiva da caminhada da Igreja, em seguida conscientizar as *perspectivas* teológico-pastorais para, enfim, considerar as *perspectivas* que se vislumbram, dentro dos novos passos que devem ser dados, no futuro próximo. Cabe desvelar o rosto que a mãe Igreja foi mostrando nos últimos 10 anos, reconhecer sua beleza, acolher suas rugas e captar a direção que seu olhar aponta. Eis alguns traços marcantes do rosto da Igreja:

Uma Igreja obediente à Palavra de Deus e atenta aos sinais dos tempos

3. Foi por obediência à Palavra de Deus lida e meditada nas Escrituras que a Igreja se sentiu impulsionada a comprometer-se com a realidade dos pobres e dos que sofrem. A fé verdadeira e salvífica implica o amor comprometido com a libertação do oprimido. Uma vez inserida na realidade dele a Igreja deu-se conta das causas estruturais geradoras da situação que, a seus olhos, é pecado porque fruto de relações injustas. O maior conhecimento da realidade dos pobres ajudou a comunidade a ler com mais compreensão as Escrituras e a compreender com mais precisão a preferência de Cristo pelos pobres e renovar num nível mais profundo a motivação evangélica inicial de comprometer-se com os necessitados.

Outras vezes foi a atenção aos sinais dos tempos como a miséria generalizada, a concentração da riqueza nas mãos de poucos, a profunda fé do povo apesar das injustiças, que levaram a Igreja a ler a Palavra de Deus e a perceber a contradição que existe entre o projeto de Deus sobre o mundo e o projeto presente em nossa sociedade capitalista. Seja partindo da Palavra de Deus, seja partindo da realidade dos pobres, interpretada à luz da Palavra de Deus, a Igreja se sentiu confirmada na justeza de sua opção por uma presença transformadora no submundo dos oprimidos. (4)

Uma Igreja que comunga o sacramento do pobre

4. Inspirada no Evangelho a Igreja tenta fazer uma clara opção pelos pobres, que compõem as grandes maiorias dela mesma e da sociedade. Não se trata de uma opção exclusivista. O Evangelho é universal porque se des-

(4) Card. Roy, Presidente da Comissão Justiça e Paz, em SEDOC 6 (1973) 51ss; Carta Pastoral dos Bispos do Uruguai, em SEDOC 8 (1976) 1143-1152, especialmente col. 1148.

tina a todos os homens. Mas ele é anunciado pela Igreja a partir da perspectiva dos pobres. A partir do lugar social deles, ela se comunica com as demais classes sociais, dirigindo-se a cada uma dentro das características próprias e fazendo apelos de conversão e de audiência do Evangelho consoante as exigências da justiça que atendam aos reclamos dos pobres. Nisso a Igreja se comporta como Jesus. Ele anunciou a boa-nova preferencialmente aos pobres; não os julgou nem recriminou, senão que os chamou de bem-aventurados. Dirigiu-se também aos fariseus, admoestando-os severamente pela forma de dominação religiosa que exerciam sobre o povo. Atendia aos publicanos, comprometidos com o sistema financeiro montado pelos romanos, chegando a ceiar com eles, mas fazendo-lhes notar o caráter injusto de sua riqueza como a Zaqueu. Como se depreende, seu anúncio é universal porque se dirige a todos, mas é um universal concreto porque atinge a cada um em sua situação própria a partir das exigências de justiça que são aquelas próprias dos pobres. Assumir a posição dos pobres é condição necessária se quisermos compreender o Evangelho como boa-nova.

Esta opção pelos pobres está, portanto, aberta para todas as direções. Especialmente está aberta para baixo, porque a Igreja não se interessa preferencialmente apenas pelos pobres, senão também pelos miseráveis que não têm nenhum peso histórico e que são desconsiderados pelos interesses revolucionários porque não possuem nenhum potencial de luta. A estes o Reino é especialmente destinado e a Igreja de modo particular é enviada. Esta opção está aberta também para cima porque a Igreja é Igreja de todos os homens que se convertem ao Evangelho, também os poderosos e abastados aos quais ela lhes urge a solidariedade para com os humilhados e ofendidos, implícita em sua adesão ao Evangelho.

Os pobres antes de constituírem para a Igreja uma classe social, cujos interesses se contrapõem aos de outra, são todos aqueles que se encontram sem defesa e são injustiçados porque não conseguem fazer valer seus direitos face à justiça controlada pelos que detêm o poder e o exercem em função de seus interesses. Por isso são os “submetidos, abaixados e humilhados” (*anawim*) injustamente pelos poderosos. A Igreja os privilegia pelos mesmos motivos pelos quais Jesus os privilegiou e os chamou de bem-aventurados. Jesus os considerou os destinatários preferidos do Reino não porque idealizavam sua pobreza, nem por causa de suas disposições interiores e espirituais abertas à mensagem, mas por causa de Deus mesmo que concebe o exercício de sua função de Rei como defesa do direito dos espoliados e realização da justiça dos empobrecidos. Optar pelos pobres é optar então em favor da justiça, contra as relações sociais que geram um quadro permanente de injustiça.

Nestes pobres a Igreja está fazendo uma profunda experiência espiritual do encontro com o Senhor. Os pobres constituem o sacramento do Reino messiânico e do Messias que se identificou com eles sendo um pobre com os pobres (Mt 25.31-46). Propagando o sacramento dos pobres, unindo-se às suas lutas pelo reconhecimento de seus direitos, ela sentiu estar comungando com o próprio Jesus, presente, anônima mas realmente, neles.

Por isso sempre que a Igreja assume as causas dos pobres e faz corpo com eles ela não erra, porque atualiza e renova a opção que o próprio Senhor fez quando andou entre nós.

Inicialmente, a Igreja optou pelo progresso porque entendia que por este caminho passava a redenção dos pobres. Mas na medida em que começou a viver a vida deles e a ver a sociedade a partir de sua ótica, deu-se conta de que o progresso era feito contra os pobres e à custa dos pobres. O tipo de progresso postulado pelo sistema capitalista vigente em nossas sociedades é excludente e exige um preço a pagar que é pago pelos pobres que ficam cada vez mais pobres e lançados numa espiral crescente de marginalização.

A Igreja se concentrou na luta contra o que impede o povo caminhar e participar na construção de uma convivência mais honesta. Viu claro que ao invés de um progresso em moldes capitalistas deve fazer um salto qualitativo na direção de uma sociedade mais participada, mais fraterna e mais equilibrada que rompa os mecanismos geradores de pobreza generalizada. A isso Medellín chamou libertação que, integral e produtora de condições reais de equidade e justiça, deve ser lida pela fé como antecipação no tempo e no espaço da própria salvação e do Reino de Deus.

Uma Igreja que empresta sua voz a quem não tem voz nem vez

5. A solidariedade com os pobres levou a Igreja a tomar a defesa dos direitos dos oprimidos. Não se trata simplesmente de defender os direitos humanos abstratamente, mas biblicamente, os direitos dos humildes e oprimidos. A Igreja entendeu que evangelização como anúncio da boa-nova de Deus implica essencialmente o restabelecimento das relações de equidade. A violência contra os humildes é violência contra Deus, porque quem viola a imagem e semelhança de Deus, vilipendia o próprio protótipo, Deus. A Igreja soube emprestar sua voz a quem não tem voz nem vez. Por causa dos pobres se enfrentou com os aparatos repressivos e a prepotência dos poderes estabelecidos. (5)

Uma Igreja profética que pode dizer: Não oprimas teu irmão!

6. A opção preferencial pelos pobres e a defesa de seus direitos conferiram um caráter profético à Igreja: ela teve que denunciar abusos e anunciar as exigências cristãs para uma ordem política. Enfrentou-se com o Estado autoritário. Não porque deva ser contra o poder estabelecido, antes pelo contrário, vê nele uma diaconia legítima, querida por Deus para o bem da ordem social. A Igreja se sentiu obrigada a interpelar os poderes constituídos para cobrar-lhes seu dever de serviço à justiça e ao bem comum para todos e não apenas o bem para as classes privilegiadas. Teve corajosamente

(5) Bispos e Superiores religiosos do Nordeste, Eu ouvi os clamores do meu povo, em: SEDOC 6 (1973) 607-629.

20 que denunciaram como os profetas de outrora: Não te é lícito (Mc 6.13)! Não oprimas teu irmão! (Lv 25.14)! (6) Ela pretende ter compreendido: ou vive em harmonia com os poderosos estabelecidos e então tem que fechar os olhos à miséria do povo e renunciar a evangelizá-lo ou então se faz solidária com ele e aceita as tensões com os poderes, com a seqüela de perseguições que corre o risco de sofrer. Ela escolheu a segunda alternativa: Como dizem os mártires antigos: é preferível a glória de uma morte violenta que o gozo de uma liberdade maldita.

Uma Igreja que completa em si o que falta à paixão de Cristo

7. O compromisso com os pobres, as perseguições sustentadas por causa da justiça geraram já mártires em muitas Igrejas de nosso Continente. Muitos foram considerados suspeitos de subversão política, difamados, perseguidos, aprisionados, torturados e até mortos. Contam-se entre eles bispos, sacerdotes, religiosos, leigos ativos e gente humilde do povo. Mas a Igreja não se sentiu amedrontada porque e fé exorciza todos os medos; desde que Jesus Cristo conheceu a mesma sorte e ressuscitou, ao cristão não é mais permitido ficar triste. Ele segue Jesus. Participa de sua vida e comunga com seu destino. Todas estas estações da via-sacra dos cristãos são produzidas por aqueles que não aceitam as exigências postuladas pelo Reino de Deus que implicam modificações qualitativas no modo de pensar e de agir na direção da fraternidade e da justiça para todos. O Reino de Deus se constrói contra o Reino deste mundo assentado no projeto do poder da riqueza excludente e não na capacidade de partilha. As reações são acolhidas pelos cristãos não com mágoa e com medo mas com o espírito corajoso das bem-aventuranças, firmados nas palavras do Senhor que nos assegurou: confiai, eu venci o mundo (Jo 16.33). Os mártires de nossas Igrejas constituem o fundamento sobre o qual se está construindo a nova presença da fé no meio de nosso povo. (7)

Uma Igreja, espaço institucionalizado para práticas libertadoras

8. A Igreja por causa de seu testemunho em favor dos pobres tornou-se um sinal de humanidade e de solidariedade. Não são poucos aqueles que, cheios de boa-vontade e com uma opção pelo povo, procuram a Igreja para nela poderem ajudar na transformação da sociedade em contacto direto com as camadas populares. Muitos deles não compartilham da fé da Igreja e, apesar disso, pela alta densidade de significação que a Igreja conquistou, a procuram e, junto com ela, dentro de serviços comunitários, servem ao povo sofrido. A Igreja presta, assim, uma *nova diaconia* a estes homens de

(6) Assembléia Geral regional de São Paulo, Não oprimas teu irmão em : SEDOC 8 (1976) 729-731.

(7) Declaração da Conferência Episcopal do Paraguai, em SEDOC 4 (1971) 239-240; Carta dos bispos paraguaios, SEDOC 9 (1977) 809-818; Bispos do Centro-oeste, Marginalização de um Povo, em SEDOC 6 (1974) 993-1021.

boa-vontade, pois se tornam um campo operacional claro de serviço ao povo, já que as estruturas sociais se constroem elitisticamente a serviço das camadas mais privilegiadas. A Igreja, com vigilância e prudência, para não ser manipulada, compreendeu a nova missão que lhe está sendo destinada.

Uma Igreja que se entende como povo de Deus

9. A identificação com as causas do povo fez com que a Igreja mais e mais se entendesse a si mesma como o povo de Deus entre os povos. Guardada sua constituição divina, vive uma estrutura mais circular de poder sagrado, criando condições para os leigos decidirem junto com seus pastores os passos mais importantes da pastoral e da ação da fé na sociedade. A colegialidade mais e mais se torna nota de toda a Igreja e não apenas dos bispos e presbíteros. Todos se sentem responsáveis por toda a Igreja; tanto os leigos se sentem portadores da realidade eclesial quanto os presbíteros e bispos se sentem responsáveis pelas tarefas sociais, nascidas da inspiração evangélica. O povo de Deus como totalidade se faz assim *sacramento*, vale dizer, sinal e instrumento do desígnio último de Deus sobre o homem e o mundo que é a instauração do Reino.

Uma Igreja universal com feições particulares

10. A fidelidade à história, lida como o lugar do encontro com Deus e como veículo revelador da vontade de Deus no aqui e agora, fez com que a Igreja universal se encarnasse no particular de cada região com suas características culturais, sociais, geográficas próprias. A Igreja, à luz da encarnação do Filho, tudo assume, purifica, penetra de fermento evangélico e o oferece ao Pai. Destarte ela se constitui em fermento da história local, tornando-a de profana em sagrada e preparando sua matéria para ser matéria do Reino de Deus.

Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus

11. Em sua concreção mais particular, a Igreja emerge como uma vasta *rede de comunidades de base* que representa um *sinal inequívoco do Espírito de Pentecostes* que quer fazer renascer a Igreja do coração do povo simples que acolhe a mensagem de Jesus. As comunidades de base são muito mais do que um meio eficiente de penetração do Evangelho no meio do povo. É uma forma nova de se viver e organizar o mistério da Igreja em seu aspecto institucional. É a mesma Igreja da Tradição e dos Apóstolos que, ao redor da audição da Palavra de Deus e do seguimento de Jesus Cristo, procura realizar a salvação e a vontade de Deus. O eixo articulador não reside tanto no aspecto sacramental, mas, sem prescindir dele, muito mais no aspecto comunitário e carismático da fé. Não existe um conflito entre o institucional e o carismático, pois que um exige o outro. Estamos assistindo à convergência de duas dimensões da mesma e única Igreja de Cristo: a grande instituição com seus serviços sagrados (diocese, paróquia) se articula organicamente com a rede de comunidades, conferindo-lhe universalidade e oferecendo-lhe o elo de contacto com a Tradição apostólica; e a co-

22 unidade de base, por sua vez, permite à Igreja-grande-instituição se revitalizar em contacto com o povo, com a cultura local e com a vida concreta das bases onde nasce a Igreja pelo Espírito de Deus, como rede de pequenas comunidades de fé, esperança, amor comprometido com os problemas dos demais irmãos. É nas bases da Igreja que o povo está fazendo a experiência de sua libertação concreta à luz do Evangelho; é aí também que surge, a serviço da comunidade, os vários ministérios laicais e a nova atuação eclesial da mulher dentro da Igreja e da sociedade.

Uma Igreja mais ministerial, popular e carismática

12. A caminhada da Igreja junto com o povo fê-la mais popular, em sua linguagem, em sua liturgia e na forma de se organizar; suas estruturas internas se tornaram mais flexíveis; o bispo e o presbítero assumiram novas tarefas e ganharam um novo estilo mais simples e ministerial: os fiéis se acostumaram a vê-los como seus verdadeiros pastores porque os descobrem ao seu lado, identificados com suas lutas e sofrimentos, e ao mesmo tempo como elos que os unem às Igrejas locais e à Igreja universal.

Cresce o número daqueles que fazem uma opção explícita de exercerem seu sacerdócio junto do povo, fazendo às vezes seus estudos em estreito contacto com as comunidades de base. Não são poucos, também, os religiosos que se inserem nas periferias das cidades e no meio rural, em pequenas comunidades, para caminharem e testemunharem o evangelho junto do povo. A função de sinal do Reino, inerente à estrutura da vida religiosa, ganha desta forma uma densidade de interpelação muito mais significativa. (8)

Estas são algumas características do rosto da nossa Igreja, moldadas nos últimos anos sob o influxo dos impulsos renovadores do Concílio Vaticano II e de Medellín. Seu significado desborda dos limites continentais e é acompanhado com interesse por igrejas irmãs de outros continentes que admiram a seriedade e o esforço de coerência com o Evangelho, buscado por nossas comunidades eclesiais.

Impasses na Caminhada do Povo de Deus

1. Além de passos bem logrados, houve impasses no caminhar do Povo de Deus que devem ser assumidos como desafios. Há impasses que surgiram no interior da própria Igreja em consequência das opções e práticas que definiram a orientação do caminho dos últimos 10 anos. Há outros que emergem da realidade social e contraditória na qual está inserida a comunidade cristã. Consideremos, brevemente, cada grupo destes.

(8) CLAR, Vida religiosa e Compromisso sócio-político, em SEDOC 8 (1976) 851-880.

Impasses dentro da Igreja

A passagem e suas ambigüidades

2. Existe uma tensão na Igreja que nasce de duas fidelidades: uma fidelidade para com as opções eclesiais feitas no passado em função de problemas que possuíam a seu tempo relevância e outra fidelidade para com opções eclesiais assumidas no presente em função de problemas importantes para o nosso tempo atual. Evidentemente vigora uma continuidade inalterável na Igreja no que concerne à substância da fé apostólica, à estruturação básica da comunidade, à vontade de ser fiel a Deus e aos homens como serviço ao Evangelho. Mas existe também descontinuidade nos acentos, nos estilos e nas formas de compreender e viver a positividade da fé. Este fenômeno pode acarretar impasses concretos, opor grupos dentro da Igreja cada qual com sua opção básica, sua teologia, suas práticas pastorais. Embora unidos no Senhor, se encontram divididos face à interpretação e ação sobre a realidade histórico-social. Tal fato não deixa de criar ambigüidades e até crises que empanam a credibilidade da presença cristã na sociedade. Os conflitos sociais atravessam também o corpo da Igreja e situam pastores, sacerdotes, religiosos e leigos em posições diferentes e até antagônicas concernindo questões decisivas, acerca das formas da convivência humana, do sentido do poder político, da avaliação de programas econômicos que afetam toda a nação e do tipo de relação que a fé deve entreter com as lutas históricas dos grupos dominados e marginalizados. A unidade da Igreja se descobre histórica, vale dizer, sujeita também a rupturas. A unidade constitui um dom permanente do Senhor, mas simultaneamente deve ser sempre construída contra os dinamismos de ruptura até que ela seja verdadeiramente plena, o que se dará somente no Reiono escatológico de Deus.

Tensão entre práticas religiosas e práticas éticas

3. A opção privilegiada da Igreja pelos pobres implicou uma transferência dos acentos de sua pregação e de sua atuação; começou-se a sublinhar mais fortemente as práticas éticas e políticas resultantes da fé informada pelo amor.

As práticas especificamente religiosas como a celebração litúrgica, a recepção dos sacramentos e os exercícios de piedade continuam a conservar todo o seu valor e traduzem o momento da celebração alegre da fé e da esperança sem o qual a fé como compromisso com a libertação dos pobres se esvazia, e perde, lentamente, sua especificidade cristã. Entretanto o culto só é verdadeiro e agrada a Deus, como no-lo recordam sempre os profetas e o próprio Jesus Cristo (Mc 7.6-13), quando leva às práticas éticas e à solidariedade para com os oprimidos. O impasse reside em que muitos não sabem articular culto com compromisso. Ou acabam reduzindo o cristianismo a uma pura prática dos símbolos religiosos, perdendo seu caráter de encarnação que o faz tudo assumir, também o secular e o social, para libertar em Cristo, ou o encurtam numa mera prática sem identidade especi-

24 ficamente cristã. Não se há de opor um ao outro, senão saber articulá-los de tal forma que um exija e implique o outro, tendo como pólo primeiro, e mais decisivo, as práticas éticas — porque é o amor que finalmente salva — e outro pólo necessário, o culto, como o momento em que as razões e a força específica das práticas éticas são explicitadas, alimentadas e celebradas. (9)

Tensão entre luta pela justiça e amor universal

4. Existe uma luta objetiva que a fé não pode eludir; antes pelo contrário, ela a denuncia como manifestação de uma situação histórica do pecado: a luta dos que detêm o monopólio do ter, do poder e do saber contra aqueles que se sentem depotenciados e aos quais se lhes cortam os caminhos de acesso às relações de equidade e de direito, de justiça e de dignidade humana. O cristão se define pelo amor para com todos os homens e postula uma reconciliação universal. Entretanto, sabe que a reconciliação só pode ser considerada realmente reconciliação se previamente houve a conversão daqueles objetivos que levam à permanente ruptura e à destruição da paz. Em sua inteligência iluminada pela fé descobre que a principal causa, entre outras, que conduz à luta entre os homens, é o antagonismo dos interesses baseados na posse egoística e excludente dos bens da terra. Os cristãos, à luz do Magnificat da Virgem Maria, tomam partido pelos humildes e os famintos, contra “os poderosos em seus tronos e os ricos” (Lc 1.52-53), não para exacerbar as contradições, mas para urgir a conversão efetiva e lutar pela justiça e pelo direito: O cristão não pode odiar, nem lutar propriamente contra as pessoas que são os principais responsáveis pelo pecado da divisão entre homens possuidores e não possuidores; ele ama e luta em favor da justiça e do direito. Ele sabe possuir a promessa do Senhor: os mansos possuirão a terra. Possuí-la não se demissionando de lutar, mas lutando a favor de tudo o que leva à conversão e à criação de relações aptas para gerar a paz duradoura e a fraterna participação dos bens que Deus quis para todos. O amor universal não o exclui de entrar no conflito, antes fá-lo perceber que já se encontra dentro dele, que urge assumilo dentro de tal posição e junto com tantos outros para ajudar a superá-lo. Finalmente, o Senhor, quando andou entre nós, também tomou o partido dos fracos e foi condenado porque se recusou a aceitar que tudo é permitido neste mundo. (10)

A persistência da alienação religiosa

5. Há uma contradição inegável na América Latina: a convivência da extrema pobreza junto com a fé cristã e católica, vale dizer, irmãos da mes-

(9) Conferência episcopal do Peru, Justiça no mundo, em SEDOC 4 (1971) 425-436.

(10) Documento final da Assembléia episcopal Peruana de 1973 sobre Evangelização, em: SEDOC 6 (1973) 751-768.

ma fé vivendo dentro de relações iníquas de exploração. Apesar do espírito profético que nunca faltou à Igreja, os cristãos facilmente se tornaram insensíveis a esta contradição permitindo até que o universo simbólico cristão fosse manipulado para manter e secundar grupos contrários a qualquer transformação social com medo de perder seus privilégios. Persiste ainda, embora em menor densidade, este tipo de alienação religiosa ocultando as forças inerentes à fé que impulsionam os homens para o compromisso com mudanças qualificativas em função da participação e da libertação das grandes maiorias empobrecidas.

Constituem também verdadeiros impasses movimentos dentro da Igreja que se renovam na oração, na espiritualidade e no aprofundamento teórico da fé, sem uma explícita vinculação com a vida concreta, com a paixão do nosso povo e com as metas pastorais assumidas pela totalidade dos episcopados. Às vezes, sem consciência disto, reforçam os grupos reacionários social e religiosamente e secundam uma nova alienação religiosa, a fuga para o espaço estritamente da religião, sem perceber a articulação que toda religião verdadeira deve entreter com as práticas do amor comprometido, especialmente para com os mais necessitados.

A religiosidade popular deve ser prudentemente valorizada como maneira encontrada pelo povo para, com seus registros populares, encarnarem e testemunharem o mistério de Cristo e da salvação de Deus. Nela existe uma reserva significativa de libertação, resistência e esperança que não pôde ser destruída pela dominação colonial, pelo processo secularizador das elites ilustradas e pela cultura consumista do capitalismo mundial. Tudo isto constitui um valor inestimável de presença evangélica no meio do povo. Entretanto persistem vastamente manifestações supersticiosas, mágicas, ritualísticas e sincréticas que mantêm o homem acorrentado e impedido de viver com mais humanidade a mensagem libertadora de Deus. (11)

Impasses vindos da sociedade

6. A Igreja está inserida dentro da realidade maior que é a sociedade humana. Participa de seus problemas; por isso não se pode avaliar adequadamente a caminhada do povo de Deus sem atender à caminhada da sociedade. Aqui emergiram alguns impasses que importa ressaltar.

A má organização da sociedade e suas conseqüências

7. À primeira vista, para o povo, o grande impasse reside na má organização da sociedade. Ela está assim montada que favorece os detentores do monopólio do saber, do ter e do poder. A estes é difícil fazer valer

(11) Episcopado chileno, Fé cristã e atuação política, em SEDOC 7 (1974) 255-286, especialmente 265ss. Documento del Episcopado Boliviano sobre la misión de la Iglesia ante la realidad histórica del país. Dic. 1976, em: CPC, Los Derechos humanos hoy en Latinoamérica, Lima 1977, 22-26.

26 o reconhecimento dos direitos do povo e a aplicação da legislação atinente a eles. A reivindicação muitas vezes é punida com medidas repressivas. Surge o medo que impede ao povo de se mobilizar na defesa de seus direitos e obstaculiza quando não desarma aqueles que, não sendo do povo, estão articulados com ele e querem, sinceramente, ajudá-lo como é o exemplo de muitos intelectuais. A Igreja que assume a causa dos desfavorecidos vem acusada de subversiva e perturbadora da ordem. Sobre ela pode pesar o controle do aparato repressivo. Em outras palavras, não se reconhece ao povo o direito de buscar sua humanização. O esforço é difamado como atentado contra a ordem vigente. Por outro lado, faz-se um esforço consciente de cooptação da Igreja para apoiar o projeto dos grupos dominantes da sociedade. Os símbolos cristãos e os valores da tradição cristã são manipulados para legitimar práticas que são objetivamente seletivas e, por isso, antipopulares. Em nosso continente se mata em nome de Deus, pensando-se defender a cultura ocidental cristã; outros morrem em nome de Deus, comprometidos com causas ligadas ao povo e ao seu direito. Impõe-se um discernimento neste impasse: De que Deus estamos falando? De que lado está o Deus de Jesus Cristo? Ele não está do lado daqueles que precisam recorrer ao crime para defender os pretensos valores cristãos. Estes fatos não são esporádicos e sua explicação não reside apenas na constatação da má organização da sociedade. Eles reclamam uma causa explicadora mais profunda. Por que a sociedade é mal organizada, seletiva e excludente? Na resposta a esta pergunta aparece a razão dos vários impasses na caminhada do nosso povo. (12)

A sociedade capitalista dependente, associada e excludente

8. A Igreja da América Latina vive dentro de um regime social marcado pelo capitalismo dependente, associado e excludente. Este fato traz consigo uma série de impasses para a vida coerente da fé.

Trata-se de uma sociedade *capitalista*: ela privilegia o capital sobre o trabalho e a apropriação privada dos benefícios produzidos pelo trabalho de todos. As comunidades cristãs estão tomando crescente consciência da contradição básica que vigora entre o projeto evangélico e o projeto capitalista: este é individualista, visa a maior acumulação possível com reduzida responsabilidade social. Ao passo que o projeto evangélico honra o trabalho, favorece a participação de todos e magnifica a fraternidade. Como a Igreja não detém mais o controle ideológico da sociedade, sua pregação e sua atuação conflitam permanentemente com os ideais vigentes da sociedade capitalista, e com as práticas que eles legitimam.

Vivemos numa sociedade capitalista *dependente*: a sociedade latino-americana em seu aspecto econômico, político e cultural se constituiu, desde seus primórdios, dentro do processo histórico do capitalismo mundial, com formações dependentes de centros hegemônicos e com relativa

(12) Carta Pastoral do Arcebispo de El Salvador, em: SEDOC 8 (1976) 1129-1137.

autonomia. Atualmente a dependência é uma situação estrutural na ciência, na técnica, nas formas da organização política e na elaboração das idéias e ideais. Nossa voz é o eco da voz dos outros dominantes do sistema capitalista mundial. A dependência produz como resultado a impossibilidade de o povo organizar um projeto nacional com características próprias. A interdependência é inegável e, de si, boa; mas se torna iníqua quando se faz sob formas desiguais, implicando dominação de uma parte sobre a outra e produção de relações injustas a nível internacional.

Encontramo-nos inseridos num sistema capitalista, dependente e *associado*: as sociedades latino-americanas ocupam *um* lugar dentro do capitalismo mundial, associado e integrado em todos os seus aspectos a ele; elas se encontram associadas ao destino do sistema global. Como os pólos dominantes detêm o monopólio financeiro, técnico e ideológico (orientando a política) são eles que estabelecem a divisão internacional do trabalho, vale dizer, o que cada país pode produzir, sob que condições, para quem etc.; são eles que estabelecem os marcos para a organização social e as justificativas que ela se dá a si mesma. A homogeneização do espaço econômico mediante as transnacionais fortaleceu, como nunca dantes, os laços da dependência e associação ao sistema global.

O sistema sob o qual nos toca viver é do capitalismo dependente, associado e *excludente*: ele é, por natureza, concentrador dos benefícios nas mãos de alguns. Por isso mostra sua face excludente, antipopular e geradora de contínua e crescente depauperação do povo. Nos últimos 10 anos aumentou o fosso que separa ricos e pobres, fazendo dos pobres mais miseváveis ainda. Esta situação aprofundou as contradições sociais, aumentou o potencial reivindicador dos grupos espoliados. A resposta do sistema excludente foi a implantação de Estados militares repressivos, chamados também de Estados de Segurança Nacional. Não se trata tanto de defender a nação contra uma possível ameaça externa ou interna, mas defender a sociedade capitalista com os privilégios do capital contra as exigências de mudanças estruturais das classes marginalizadas. Estes Estados organizaram uma política que amplia e incrementa a taxa de lucro que permita a formação de capitais capazes de desenvolver uma infra-estrutura econômica mais concorde com as estratégias de integração industrial entre o grande capital transnacional e os aparelhos produtivos latino-americanos com as seqüelas funestas de ordem política e cultural.

Esta situação leva consigo um estado permanente de violação dos direitos humanos, especialmente dos direitos dos pobres, devido à dinâmica norma do progresso e da industrialização em moldes capitalistas. Esta situação constitui, pelo seu caráter estrutural e global, o maior impasse para a caminhada do povo de Deus, empenhado em sua própria libertação. (13)

(13) Declaração dos bispos e religiosos do Paraguai, em: SEDOC 8 (1975) 499-504.

9. O reflexo do processo capitalista sobre a vida humana apresenta, por vezes, características profundamente desagregadoras. Ressaltaremos apenas uma: o secularismo. Mais que ideologia negadora da transcendência, de Deus, da libertação de Jesus Cristo e de um destino escatológico para a existência humana, o secularismo é uma prática que reduz toda a atividade humana à construção deste mundo sem atender aos apelos éticos da fraternidade e da equidade. Porque as práticas são negadoras, objetivamente, de Deus, do irmão, do sentido fraterno para com a natureza aparece o secularismo, no nível das idéias, como elaboração sistemática da negação de toda referência a uma Transcendência. Na medida em que ele se difunde como atmosfera que tudo penetra, pode constituir um impasse grave para a ação da fé na sociedade porque pode destruir os pontos de referência de valor, de respeito à sacralidade da pessoa humana, e de capacidade questionadora da consciência, que são os pressupostos existenciais para o anúncio cristão.

II. PERSPECTIVA TEOLÓGICO-PASTORAL DA CAMINHADA DO POVO DE DEUS

1. O Povo de Deus não viveu apenas sua fé, nem identificou tão somente seus impasses e desafios senão que refletiu também sobre eles, buscando compreender mais profundamente seu caminho para assumi-lo com maior determinação. Tornou-se já consagrada a seguinte estratégia do pensamento teológico na América Latina: ele parte da realidade descodificada pelas ciências do homem, reflete à luz da Palavra de Deus, da Tradição, dos ensinamentos do Magistério e do *sensus fidelium* sobre os dados colhidos pela leitura científica e tira conclusões de ordem pastoral. Todo este processo constitui o esforço da fé que, para fazer mais justiça à realidade, se submete a estes diversos passos a fim de tornar mais eficaz sua ação libertadora na sociedade. Assinalaremos alguns marcos importantes da perspectiva teológico-pastoral da caminhada do Povo de Deus, pois servem de quadro de referência constante para a prática pastoral.

Revelação e Sinais dos Tempos

2. A revelação se deu de forma definitiva e terminal no caminho histórico de Jesus Cristo vivo, morto e ressuscitado. Esta revelação oficial e pública se encontra testemunhada nas Escrituras cristãs e na Tradição apostólica. A Igreja como comunidade de fé é portadora desta revelação para conservá-la, preservá-la e anunciá-la como boa-nova de salvação para os homens. Sua função é de sempre *acolher* o sentido primigênio das fontes da revelação e ao mesmo tempo à luz dele *criar* um sentido para a história que aparenta características e interpelações próprias. Assim a fé vem dotada de

dois olhos, um voltado para o passado, onde irrompeu a revelação e a salvação e outro voltado para o presente onde deve anunciar e viver esta salvação e revelação. Somente quando olha com os dois olhos, a fé consegue evitar seja um tradicionalismo anacrônico seja um progressismo inconsistente.

3. Deus, embora nos tenha comunicado tudo o que é importante para a nossa salvação em Jesus Cristo, continua a se comunicar pela história. O Ressuscitado a penetra e desde dentro a fermenta na direção do Reino escatológico. Os sinais dos tempos, isto é, aquelas situações histórico-sociais que mais interpelam a consciência humana, constituem em si manifestação da vontade de Deus. Aparecem como interpelações que devem ser interpretadas pela comunidade de fé, em comunhão com seus pastores, à luz do grande e transparente Sinal de Deus para todos os tempos que foi Jesus Cristo e sua mensagem. Deus fala nos acontecimentos históricos mas na mediação dos homens, pois a história é feita pelos homens em suas conjunturas e processos sociais. Porque sempre aparece a mediação humana que geralmente é ambígua, faz-se mister a interpretação para discernir qual é a vontade concreta de Deus.

4. Geralmente os sinais dos tempos convocam os cristãos à prática transformadora para conformar a situação pecadora à vontade de Deus. A sociedade na forma como se organiza não é mediação direta para Deus. Ela precisa ser transformada para ser o meio antecipador do Reino.

Assim, por exemplo, a situação de extrema pobreza a que estão submetidas as grandes maiorias do nosso continente constitui um inequívoco sinal dos tempos. A fé, secundada por uma interpretação sócio-analítica pertinente, identifica relações de injustiça gritante entre os ricos que quase tudo possuem e os depotenciados aos quais se lhes tira quase tudo, como geradoras desta situação que é verdadeiramente de super-exploração. A comunidade cristã sente-se convocada a comprometer-se com um processo de transformação que aponte para a criação de relações menos iníquas. Entende esta convocação à prática do amor político como realização da vontade de Deus para o aqui e agora da história.

5. A passagem de uma sociedade agrário-urbana para uma urbano-industrial constitui certamente um sinal dos tempos. Para a comunidade de fé poder interpretar corretamente o fenômeno e identificar a vontade de Deus ligada a ele, deve submetê-lo a um esforço analítico sério. Por ele, dá-se conta de que a industrialização se faz sob condições de dependência e dominação do capital transnacional de tal ordem que envolve graves violações da justiça, produção de uma crescente marginalização dos operários e uma acumulação concentrada em poucos monopólios. A industrialização não implica apenas um problema técnico, mas principalmente uma questão política sobre a qual incide o juízo ético e teológico de graça ou pecado. Ao refletir sobre quem faz a industrialização, para quem e com que meios, a comunidade cristã interpõe suas exigências evangélicas sem as quais far-se-ia cúmplice da iniquidade produzida. Somente mediante este processo de discernimento a Igreja descobre qual é o desígnio que Deus quer para ela:

o de colocar-se do lado daqueles que, no empreendimento industrial mundial, lutam em prol de relações honestas e equânimes entre os homens e relações mais responsáveis e menos predatórias para com a natureza.

6. A secularização forma sem dúvida outro sinal dos tempos. Antes de mais nada significa o resultado de um processo histórico-universal de relacionamento homem-mundo. Equivale à racionalização: explicação racional dos fenômenos intramundanos com princípios tirados da própria realidade do mundo, implicando numa desdivinização da natureza e de seu controle científico e técnico.

A secularização acompanha ineludivelmente a industrialização. De si ela é boa, desde que não defina como a única legítima e humana a relação homem-natureza, recusando-se a outras relações do homem, como para a transcendência, transformando-se destarte em ideologia secularista.

7. A secularização representa um desafio para a fé. No mundo secularizado predominam os discursos científico-técnicos, de racionalização instrumental e analítica. O discurso religioso com seu universo simbólico compõe um entre tantos outros possíveis e legítimos. A religião não detém mais a hegemonia ideológica nem define os marcos teóricos e os valores que orientam a sociedade. Com isso não se nega a existência de Deus, de sua graça e salvação nem uma destinação transcendente do homem. Apenas que esta fé não constitui o princípio formador da cultura. Ela deverá encontrar o seu lugar dentro do mundo secularizado. Este, embora não utilize mais o registro cristão, pode realizar justiça, equidade, fraternidade entre os homens. Nesta medida ele se faz portador, também ele, da realidade do Reino e da salvação de Deus, porquanto o que importa não são tanto os discursos religiosos e a manutenção de uma cultura cristã, mas a concretização de uma reta ordem. A fé, portanto, pode interpretar teologicamente o fenômeno da secularização e ver nele uma outra forma como Deus se faz presente, não na sua explicitação consciente, mas na sua realidade que é Justiça, Verdade, Amor, Esperança, Misericórdia, também presentes no mundo secularizado. Para a Igreja a secularização não precisa significar uma tragédia, mas um desafio para ela encarnar, sob outra linguagem e com um outro tipo de presença, a mensagem de Jesus Cristo na sociedade.

8. A leitura dos sinais dos tempos constitui já prática habitual nas comunidades cristãs: procura-se identificar o desígnio de Deus face às exigências que vêm da realidade, especialmente dos pobres e oprimidos. A teologia da libertação, assimilada e impulsionada por Medellín, quer ser a forma mais articulada desta busca. Como chamar a Deus de Pai e ao próximo de irmão num mundo onde os muitos são espoliados de sua dignidade e lançados na miséria? Que mudanças qualitativas devem ser feitas para que esta alegre notícia da fé em Deus Pai e no outro como irmão seja uma realidade e não um inócuo discurso religioso? Em função desta questão a Igreja procura ler os sinais dos tempos e faz corpo com a libertação que os pobres estão processando para si e para todos.

9. A referência fundamental de nosso Povo é Jesus Cristo em sua pessoa, mensagem e mistério. É professado como o Deus encarnado, o Filho Unigênito do Pai e o Salvador do mundo. Deus quis salvar entrando dentro de nossa situação oprimida e percorrendo um processo de libertação. As comunidades cristãs entendem seu caminhar como um esforço de seguir Jesus Cristo e interpretar seus problemas e suas práticas à luz da mensagem e das práticas de Jesus. Daí a importância que assumiu por todo o Continente uma cristologia que toma extremamente a sério o Jesus histórico: sua vida, as palavras, os gestos, os conflitos, as relações com os distintos atores sociais, as causas históricas da condenação e crucificação, numa palavra a encarnação de Deus na carne frágil e mortal. Dentro desta limitação e não apesar dela os cristãos se habituaram a encontrar Deus. Jesus é um mistério insondável, muito maior do que aquele que as comunidades podem viver; ele apresenta outras facetas além daquelas acentuadas por esta cristologia libertadora; nada de Jesus é negado, pelo contrário, as distintas maneiras como os evangelhos apresentam Jesus e as diversas formas como os cristãos ao longo dos séculos amaram e serviram o Senhor devem se completar mutuamente. Entretanto, nada impede que a comunidade, devido a sua inserção no meio dos pobres, sua opção pela libertação dos marginalizados da sociedade vigente, privilegie uma determinada visão de Jesus. Nele encontram forças para caminhar, alegria de viver servindo aos outros, sentido no sofrimento e esperança nas violências e morte de que correm risco. Relevamos alguns momentos fortes desta cristologia. (14)

10. O projeto fundamental de Jesus é especialmente refletido: trazer para o presente o Reino futuro de Deus. Reino é a palavra-chave para definir o desígnio último e libertador de Deus: instaurar seu Reinado sobre a criação, implicando a libertação de tudo o que nela diminui e humilha o homem, a liquidação do pecado e a glorificação de todas as coisas. Esta novidade se destina principalmente para os pobres e os desfavorecidos deste mundo. Por isso os textos de Lc 4.16-21 (discurso inaugural de Jesus na sinagoga de Nazaré), Lc 7.18-23 (a pergunta dos discípulos de João: és tu aquele que há de vir?), Mt 11.25-26 (o Pai revela-se aos pequeninos) e Mt 25.31-46 (o evangelho dos cristãos anônimos, Jesus presente nos famintos, etc.) constituem o cerne da cristologia latino-americana.

11. Este Reino não vem por um toque de mágica, mas começa a se instaurar na medida da conversão. Esta implica rupturas, porque o Reino de Deus se constrói contra o Reino deste mundo organizado em seu poder egoístico, em sua riqueza e em sua religião alienada. A boa-nova do Reino é boa-nova porque a realidade, de má, começou a fazer-se boa pela presença de Jesus e pela acolhida do homem convertido. Pertence ao Reino de Deus dividir, urgir uma tomada de posição e por isso criar conflitos benéficos porque esclarecem que tipo de fidelidade Deus quer, aquela de Jesus e não aquela dos piedosos do tempo, os fariseus.

12. Jesus não anuncia apenas uma grande esperança, a irrupção do Reino para o presente. Mostra concretamente como se vive na nova situação. Sua praxis, suas palavras, seus gestos querem historificar o Reino: por isso cura, exorciza, perdoa pecados, acalma tempestades, ressuscita mortos. O mais fraco vence o forte. Suas reações face ao legalismo farisaico, face às tradições que oprimiam os piedosos, face às formas de dominação de uns sobre outros, sua acolhida dos doentes, pecadores, crianças e mulheres mostram o modo de ser novo no Reino de Deus. Jesus salva por toda a sua vida; mostra uma libertação em processo e convida ao seguimento de suas práticas. O interesse dos cristãos latino-americanos pela vida e história de Jesus não nasce de uma curiosidade histórica de si legítima, mas de um interesse teológico de seguir e imitar Jesus em todas as dimensões de sua vida; procura-se dentro de nosso mundo, diferente daquele de Jesus, ter os mesmos sentimentos que Ele teve (Fp 2,5) e atualizar suas atitudes livres, comprometidas e libertadoras.

13. A morte de Jesus teve motivos *históricos* concretos e foi consequência de sua mensagem e atitudes. Ele provocou um conflito: os poderosos não aceitaram a proposta de Jesus anunciada em nome do Pai; coligaram-se para o liquidar. Jesus não buscou a morte; manteve-se fiel a Deus e aos homens; condenado, não voltou atrás mas, embora tentado terrivelmente, manteve-se firme. Aceita a morte em fidelidade a Deus e a sua causa no mundo. Define o sentido de sua morte violenta como sacrifício e se entrega para a redenção do pecado do mundo. O motivo teológico último do assassinato judicial de Jesus é o pecado do mundo que endureceu o coração daqueles que o ouviram e o rejeitaram. Os homens são atores de um drama cujo verdadeiro agente é o Maligno e o pecado do mundo. A forma como Jesus aceitou a perseguição e a condenação é motivo de inspiração para um sem-número de cristãos perseguidos, torturados e mortos por causa da justiça e da fidelidade do Evangelho.

14. A ressurreição representa o triunfo da justiça de Deus que desmascara a justiça judaica e romana em nome da qual Jesus foi condenado. A ressurreição concretiza a mensagem do Reino na pessoa do Ressuscitado. Não foi mera fantasia a esperança suscitada por Jesus de uma total libertação para o mundo. Agora pela ressurreição ela se mostra em primeiro lugar como vitória sobre a morte; em segundo lugar como vitória da causa dos crucificados em prol de Deus, dos direitos e da justiça dos pequenos: quem morre como Jesus por uma causa justa e como sacrifício pelos outros, vive a vida plena de Deus; não foi um César que ressuscitou, mas um crucificado; em terceiro lugar o sentido último da vida e do cosmos é garantido: são chamados a uma transfiguração; não foi um outro céu e uma outra terra que Deus nos preparou, mas um novo céu e uma nova terra, porque Ele mostrou ter poder de transformar o velho em novo.

15. Ser cristão significa seguir Jesus. E seguir Jesus significa participar de sua vida e compartilhar de seu destino, tentar traduzir continuamente sua boa-nova do Reino em práticas libertadoras e geradoras de fraternidade e de benquerença entre os homens. É estar disposto a sacrificar a vida pelos outros, oferecer seu tempo, suas forças, seus dotes humanos na construção da graça de Deus no mundo. Os conflitos que esta opção pode gerar deverão ser assumidos à luz da atitude de Jesus que “ultrajado não replicava com injúrias e, atormentado, não ameaçava, senão que se entregava àquele que julgava com justiça” (1 Pe 2.22-23).

16. O Senhor como ressuscitado está à direita do Pai e continua conosco dentro da história. Ele renova permanentemente sua opção pelos pobres mediante a opção que os cristãos por eles fazem; como outrora, Ele está libertando porque sempre que na sociedade espíritos atentos aos apelos da justiça se comprometem e geram situações mais humanas, aí está sendo atualizada a causa pela qual Jesus viveu, morreu e ressuscitou. Em consequência disto o cristão não dissocia as libertações temporais da salvação de Jesus Cristo. Se elas são autênticas significam a concretização na história e a antecipação no tempo da salvação terminal e definitiva que Deus preparou para todos os de boa-vontade.

Igreja, sacramento de salvação, povo de Deus e rede de comunidades

17. A Igreja fundamentalmente é a comunidade organizada dos que seguem Jesus.

Ela deve perpetuar sua missão libertadora no meio dos homens, especialmente no meio dos oprimidos, tornar visível e consciente o Reino de Deus e se constituir como o povo de Deus em marcha, organizado numa vasta rede de comunidades em comunhão entre si. Importa sublinhar as várias perspectivas eclesiológicas que a experiência eclesial propiciou elaborar.

Igreja, sacramento-sinal de salvação

18. Dizer que a Igreja é o sacramento-sinal da salvação ou do Reino de Deus, é fazer a afirmação eclesiológica básica que articula as relações da Igreja com as realidades mais importantes e fundamentais que ela, como sejam: o Cristo, a graça, a salvação, a história salvífica. A salvação é oferecida a todos os homens universalmente e ao longo de toda a história. Ela equivale à categoria Reino de Deus que está fermentando por todas as partes sob os mais diversos signos. Tanto o Reino quanto a salvação possuem a mesma extensão que Jesus Cristo e desbordam dos limites visíveis da Igreja que é o sinal oficial e público da salvação presente no mundo e não apenas nela. Ela conscientiza (fé e revelação), celebra e realiza de um modo peculiar a salvação trazida por Cristo e que pervade todas as realidades. Assim e Igreja se constitui em sacramento-sinal do Reino. Ela não se identifi-

34 ca totalmente com o Reino, porque este pode se realizar também fora de seus limites visíveis, mas nela ele se antecipa palpavelmente para ser um sinal interpelador para todos.

Igreja como Povo de Deus peregrino

19. A Igreja é sacramento do Reino na forma de um povo constituído de todas as raças e condições sociais. A fé em Jesus Cristo ressuscitado e salvador coesiona todos os membros de tão distintas procedências. A expressão *Povo de Deus* quer sublinhar o fenômeno de uma identidade coletiva que transcende as fronteiras de espaço e tempo, que possui um projeto histórico, que vem dotado de um centro de referência numa trajetória histórica e que por isso se diferencia face a outros povos fora dele. A Igreja-de-Deus vive das gestas histórico-salvíficas que culminaram no evento pascal e das realizações que o seguimento de Cristo produziu ao longo dos séculos. A expressão Povo de Deus quer ainda ressaltar o fato de que toda a coletividade e não apenas alguns tirados dentre ela são os portadores do desígnio libertador de Deus para a humanidade: todos são participantes da diaconia de Cristo no testemunho, na santificação e no cuidado pela ordem e harmonia de todos; todos são responsáveis de tudo, embora nem todos façam todas as coisas, A idéia de povo supera, sem negar, a visão organizada de Igreja de cima para baixo. Ela revela o fato de que o povo de Deus, como coletividade, é anterior a todos os demais serviços e organizações, mesmo de direito divino, e que elas existem para o povo de Deus como expressões deste mesmo povo de Deus.

Ademais a designação *Igreja-Povo-de-Deus* possui, desde o Antigo Testamento, uma conotação que a liga aos pobres e humildes. Deus tirou Israel da escravidão do Egito e o fez povo livre. Em Jesus todos os povos são convocados a viver a justiça e a fraternidade do Reino, mas sua convocação começa pelos pobres e oprimidos. É desde baixo que começa a se formar o novo povo de Deus. É a história do povo de Deus se refaz sempre quando a Igreja surge do povo e emerge dos oprimidos e marginalizados de nossa sociedade. Não como um processo natural, mas como resposta à audição da Palavra de Deus. Esta está sendo a grande experiência eclesial que estamos assistindo na América Latina: uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus.

Igreja universal na igreja particular

20. A presença do povo de Deus nos povos não é ao modo de um corpo estranho; a fisionomia, a língua, a cultura, o passado histórico são assumidos de forma encarnadora e redentora. Estas realidades são os sacramentos históricos pelos quais se historiciza o Reino e Deus atinge concretamente os povos e as pessoas. Destarte surgem as Igrejas particulares que tornam presente a Igreja universal. Cada Igreja particular contém a totalidade do Reino, mas não o Reino total. Este se presencializa também em

outras Igrejas particulares com características próprias. Porque o Reino está presente em todas elas, se estabelece uma profunda comunhão. É a Igreja universal que não é a soma de todas as Igrejas particulares, mas a comunhão entre elas. (15)

Igreja como rede de comunidades

21. O povo de Deus só é povo e não uma massa, na medida em que se organiza em comunidades nas quais as relações horizontais e diretas, o sentido de pertença e a comunhão de vida constituem as marcas características. A massa abarca a todos, porém não possui organicidade, nem história, nem projeto: os indivíduos vegetam. A comunidade que possui um nível profundo de consciência e é fermento de organicidade histórica e responsabilidade atuando sobre a massa, a constitui em povo com projeto histórico, consciência de seu passado e esperança de seu futuro. Assim como a massa para transformar-se em pão necessita do fermento, de forma semelhante a massa humana para transformar-se em povo precisa da mediação da comunidade, de uma rede de comunidades.

Na América Latina estamos assistindo ao surgimento de uma vasta rede de comunidades de base que possuem seu centro sociológico e cultural no mundo dos pobres que valorizam a fraternidade e a co-responsabilidade, vivem e promovem a solidariedade no meio do povo, alimentam nele a consciência de sua dignidade e a esperança de um mundo diferente, e a partir desta situação dão testemunho do Evangelho e se apóiam principalmente (não exclusivamente) no eixo da Palavra de Deus, e na comunhão com o ministério hierárquico.

São essas comunidades que transformam a massa cristã de batizados em Povo de Deus consciente e responsável. Elas não constituem mera reprodução da paróquia ou de outras formas clássicas de comunidade. Trata-se de um sinal da força renovadora do Espírito que suscita novas formas de ser Igreja para viver o mistério de Cristo dentro de novos desafios históricos. Estas comunidades se entendem como verdadeira Igreja em comunhão com todas as demais Igrejas, em união com os presbíteros, bispos e os coordenadores comunitários, apreciando a Igreja mais institucionalizada, solicitando-lhe os serviços sacramentais, o aprofundamento da fé e a unidade mais universal que só ela pode medir. Nestas comunidades surgiram novos ministérios que respondem mais diretamente à nossa realidade: ministérios exercidos pela gente do povo que fala a sua linguagem, que une fé e vida, compromisso com a melhoria do mundo com amor cristão e torna toda a Igreja evangelizadora e ministerial. A rede de comunidades revitaliza toda a Igreja, fazendo que suas raízes cheguem ao mais profundo da realidade popular, redefinindo a função do pároco, do bispo e da presença da Igreja dentro do mundo.

(15) CNBB, Unidade e Pluralismo na Igreja, em: SEDOC 4 (1977) 2395-1406, especialmente n. 1398.

22. Maria ocupa um lugar ímpar no coração dos povos latino-americanos. É venerada em todas as suas virtudes e privilégios, como Mãe de Deus, como virgem imaculada, como mãe de todos os cristãos, como a virgem das dores, da esperança, a intercessora e medianeira universal. Todas as situações humanas, em sua glória ou em sua dramaticidade, estão associadas a Maria, como se depreende dos nomes de lugares e das festas populares em honra da Mãe de Deus e dos homens.

A tradição latino-americana acentuou muito a devoção e veneração de Maria e pouco o seguimento e a imitação de sua vida. Dever-se-á manter o aspecto cultural que Maria merece em altíssimo grau, somente inferior a Cristo, dever-se-á acentuar a piedade nova que está surgindo, especialmente nas bases da Igreja, em torno do seguimento de Maria. Aí ela emerge como modelo dos que seguem Jesus, sobretudo como protótipo da mulher libertadora. Mudaram as condições de vida, mas não pode mudar a atitude que Maria desenvolveu: adesão irrestrita à vontade de Deus (Lc 1.38), acolhimento da palavra de Deus e a sua prática, participação ativa na obra da redenção, comunhão com o mesmo projeto libertador do Filho. Nas palavras iluminadas de Paulo VI em sua encíclica *Marialis Cultus*, “Maria, longe de ser uma mulher passivamente submissa ou de uma religiosidade alienante, foi, sim, uma mulher que não duvidou em afirmar que Deus é vingador dos humildes e dos oprimidos e derruba dos seus tronos os poderosos do mundo (Lc 1.51-53). . . uma mulher forte que conheceu de perto a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio, situações estas, que não podem escapar à atenção de quem quiser secundar, com espírito evangélico, as *energias libertadoras* do homem e da sociedade. . . Assim, ela aparece como o modelo acabado do discípulo do Senhor: obreiro da cidade terrena e temporal e simultaneamente peregrino solerte também em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o oprimido e da caridade que socorre o necessitado. . .” (n. 37).

Este tipo de piedade radicada no seguimento e imitação de Maria está se elaborando mais e mais nos grupos cristãos comprometidos que encontram em Maria a mais perfeita discípula de Cristo e, por isso, com um valor exemplar universal.

A Doutrina Social da Igreja: o Amor Inteligente

23. A doutrina social da Igreja nasceu da solicitude para com o drama humano da injustiça social. É a inteligência do amor que, para encontrar os caminhos de sua eficácia efetiva, analisa a realidade social e procura, à luz do projeto evangélico, atuar no sentido da criação de condições que permitam fazer florescer a equidade e a fraternidade.

A doutrina social da Igreja, em sua elaboração, está ligada às várias conjunturas históricas face às quais a fé procurou reagir adequadamente. Por isso não é um corpo de doutrina abstrato, vinculado a uma revelação

divina: possui um valor oficial orientativo, não dispensado, mas urgindo que a fé sempre encontre, a partir de sua reserva simbólica, soluções adequadas a problemas específicos e muitas vezes novos advindos das várias situações sociais em que vivem os cristãos. A doutrina social da Igreja merece um acatamento particular pela autoridade da qual emana e pelos princípios que foram elaborados para a compreensão cristã do convívio social.

Na América Latina se está elaborando uma séria reflexão das Igrejas e da teologia que possui o significado de traduzir para o nosso contexto subdesenvolvido as intuições das grandes encíclicas papais e de enriquecer a doutrina social universal. Trata-se do diálogo permanente e sério entre fé e ciências sociais. Estas, em suas distintas vertentes (sociologia, economia, politologia, antropologia, psicologia social etc.) descodificam o real, rompendo com as interpretações ideológicas ou meramente empiricistas, oferecendo-nos uma leitura, a mais objetiva possível (sempre vai acompanhada de uma carga inevitável de interpretação que se tributa à ideologia) das estruturas explicadoras dos mecanismos sociais. Este texto analítico constitui a matéria-prima para a leitura filosófica e teológica. A fé não tem um acesso imediato à realidade: tem que passar pelas mediações sócio-analíticas. Desprezá-las, seria cair no empirismo e na ilusão ingenuísta. A fé lê o texto sócio-analítico não mais como os registros das ciências, mas com aqueles da fé e da Tradição da fé. O que resulta é um produto teológico, pelo qual se tenta discernir o valor ético da realidade e se procuram descobrir os caminhos pelos quais passa a vontade de Deus que interpela a Igreja. Deste diálogo entre ciências e fé (teologia) resultam as medidas pastorais que representam as opções e práticas da Igreja sobre a realidade para que ela se conforme mais e mais à vontade de Deus que lê nos acontecimentos. Todo este processo, permanente e já feito *habitus mentis* de nossos pastores, coordenadores de comunidades e dos teólogos, significa a doutrina social da Igreja em ato: não como algo acabado e feito para ser administrado, mas como processo pelo qual a realidade viva e desafiadora se articula com a fé viva que reage aos desafios e oferece às comunidades pistas de ação.

III. PROSPECTIVA: NOVOS DESAFIOS – NOVOS PASSOS NA CAMINHADA DO POVO DE DEUS

1. A atuação inteligente e eficaz da Igreja na sociedade, principalmente ao lado dos pobres, supõe e exige um conhecimento adequado dos novos desafios que surgem de dentro do sistema social no nível latino-americano e internacional. Enumeraremos alguns.

Novos Desafios

Crise do sistema capitalista

2. A crise geral do capitalismo se iniciou em 1967 e, provavelmente, conhecerá o grau mais baixo da depressão em 1978/1979. Caracteriza-se a fase atual pela:

- internacionalização do capital que permite uma taxa de lucro em escala mundial mediante a internacionalização tanto do sistema produtivo como financeiro e comercial;
- concentração científico-técnica nos países cêntricos que se reservam as indústrias mais dinâmicas como eletrônica, atômica e de telecomunicações bem como a inovação científico-técnica, transferindo para os países de desenvolvimento médio as indústrias clássicas, geralmente “sujas”: indústria automobilística, etc.
- monopolização e concentração econômica: as transnacionais tendem mais e mais a controlar também as economias nacionais;
- conglomeração de empresas formando transnacionais que organizam em escala mundial e organicamente a divisão internacional da produção e da comercialização;
- centralização financeira como o Fundo Monetário Internacional (FMI) para nivelar e regular o mercado internacional de capitais;
- crescente intervenção do Estado como mediador e agente na produção. Nos países cêntricos tomou a forma de capitalismo monopolista de Estado e nos periféricos ele se associou de forma cada vez mais estreita com o capital transnacional cujos fins mediatos e imediatos defende.

A presente crise apresenta-se como crise:

- monetária pelo excesso de liquidez, flutuação do valor das moedas e especulação a nível internacional;
- de crescimento: baixa produtividade e estancamento;
- de mercados: saturação crescente do mercado internacional, esgotando-se a demanda efetiva.

A superação da crise não se dará em termos conjunturais a curto prazo, mas mediante transformações estruturais que permitam ao sistema sobreviver e encontrar uma nova forma de acumulação em escala mundial. As duas principais saídas planejadas são: a Segurança Nacional (ao nível de todo o sistema) e o Trilateralismo (os três lados do sistema: Europa — USA — Japão).

O primeiro não produziu resultados positivos ao nível político. O segundo está em vias de aplicação. A Comissão Trilateral, fundada em 1973 por D. Rockefeller, se constitui hoje numa central internacional de decisões e planos para o futuro do capitalismo. As linhas mais importantes da estratégia capitalista são:

- no nível econômico: reforçar a internacionalização do capital mediante as transnacionais: conseguir de todos os governos dos países pertencentes ao sistema capitalista uma associação às soluções globais do sistema; os projetos nacionais autônomos são vistos como obstáculos a serem enfrentados;
- no nível financeiro: reforçar o sistema monetário e financeiro internacional nos organismos já existentes e pelos bancos transnacionais;

- no nível científico-técnico: transferência da industrialização clássica para os países dependentes, conservando aqueles ramos mais dinâmicos e rentáveis nos países dominantes;
- no nível político: A solução da crise mundial não pode ser articulada com todos os países participantes do sistema. Faz-se então uma triagem entre os viáveis e inviáveis. Os viáveis (da América Latina se enumeram Brasil, Venezuela e México) serão fortemente associados aos países que formam a trilateral, os demais se associarão aos viáveis ou serão deixados à sua própria sorte. Para os viáveis trata-se de realizar os ideais tradicionais do sistema: democratização relativa ou tutelada, direitos humanos, liberdades burguesas. A face de “barbárie” dos regimes militares com cunho fascista e repressivo é assim limpada. Estes avanços não estão a serviço de maior participação do povo, mas possuem um sentido de recuperar a hegemonia ideológica e social perdida pelo modelo de Segurança Nacional.

3. Este novo modelo de acumulação está destinado a acompanhar o sistema capitalista mundial em seu conjunto; está, pois, organizado para satisfazer os interesses do grande capital, atuando sempre em sentido desfavorável aos trabalhadores, incrementando sobre eles a taxa de exploração, de inflação, de deteriorização dos salários. As reformas humanitárias previstas como a reintrodução de democracias formais, com suas liberdades, uma certa reforma agrária, aumento relativo de salários, em alguns países, para aumentar o poder aquisitivo e forçar um mercado interno para aliviar o externo saturado, são tomadas não em função do povo, mas para aumentar as bases de sustentação do processo capitalista, em escala mundial, e permitir o futuro para o capital. Face a tais estratégias a Igreja deve manter-se vigilante para não cair na ilusão de que a *estrutura* do sistema se tenha mudado num sentido que interessa às grandes maiorias populares.

As medidas destinadas a promover a centralização e monopolização dos capitais transnacionais e o controle das economias nacionais pela economia transnacional, a agroindústria que implica uma proletarização dos trabalhadores do campo implicam a destruição da pequena e média empresa. Este processo acentuará os laços da dependência e produzirá conflitos sociais mais agudos do que atualmente se vivem. Isso propiciará, em alternância com regimes democráticos, a implantação de governos fascistas ou pára-fascistas como forma de responder às reivindicações das bases populares.

4. Estas medidas, que para a América Latina significam a modernização do atraso e a monopolização para a integração, permitirão, muito provavelmente, ao sistema, superar sua crise. A industrialização e a urbanização em amplo processo de implantação continental se fazem sob os signos da unificação do espaço capitalista, significando para os povos latino-americanos um acréscimo, em termos globais, dos impasses herdados do passado. As relações sociais serão mais conflitivas por causa das relações mais injustas entre o capital e o trabalho. Implica, para a Igreja, a necessidade de

- 40 uma vigilância maior sobre o valor de tal tipo de industrialização e urbanização processada com grande iniquidade para o povo.

Aceleração do processo de secularização

5. A homogeneização do espaço econômico traz profundas consequências sobre o político e o ideológico. Mais e mais cresce o processo de secularização no sentido de organizar e entender os problemas sociais e técnicos a partir dos interesses do poder e seu controle. O ideário cristão persiste dentro da sociedade, mas lentamente vai perdendo influência. A presença institucional da fé mediante as obras da Igreja em distintos setores da realidade social perde relevância face à multiplicidade de outras presenças ideológicas e ao crescimento do aparato de Estado. O pano de fundo cultural não favorece a audição e compreensão do anúncio cristão. A Igreja deverá refletir e decidir um tipo de presença de fé que encontre caminho e significação dentro da dilaceração ideológica da sociedade organizada em moldes capitalistas e secularizados.

Mobilização das camadas populares

6. As contradições geradas pelo processo de concentração e inernacionalização do capitalismo geraram um vasto movimento popular em reação contrária: movimento sindicalista, criação de anti-sindicatos para contrabalançar aqueles recuperados em função do projeto capitalista, organização popular nos bairros, aumento de consciência da classe operária e dos mecanismos de seu empobrecimento, urgência de implantação de uma via não capitalista para o progresso. A Igreja, com suas comunidades de base, deverá encontrar uma fórmula para articular-se com o movimento popular; sem perder a identidade de fé, os cristãos deverão trabalhar dentro de tais movimentos maiores ao invés de criar movimentos paralelos sem maior futuro a médio e longo alcance.

Novos Passos

Opção pelos pobres

7. Face à gritante iniquidade social produzida pelo sistema capitalista excludente, a Igreja está compreendendo mais e mais que o grave problema que se impõe à sua reflexão e prática não é o problema da cultura cristã (sua persistência, seus impasses, seu futuro) mas aquele de ordem política. Como ser cristão sincero num mundo circundado de milhões de pobres, esbulhados de seu direito e de sua dignidade? Como anunciar e viver a mensagem libertadora do Reino de Deus que é de justiça, paz, reconciliação e amor numa sociedade atravessada por estruturas sociais que implicam uma permanente e grave violação da justiça? Este é o grande desafio para a consciência cristã.

O risco que corre a Igreja é tentar refugiar-se numa posição equidistante dos conflitos humanos, por medo de perder sua identidade ao envolver-se neles. Ocorre, entretanto, ressaltar que os conflitos pervadem tam-

bém a comunidade de fé; ela não vive numa pretensa distância imune dos dramas sociais. Sua posição deve ser nítida: assumir a causa dos injustiçados que é toda uma classe social, porque é a própria causa de Deus e foi a causa do Jesus histórico. Faz-se mister assumir com maior determinação ainda as grandes opções de Medellín que foram: opção pelo homem, por nossos povos, pelos pobres, pela libertação integral, denúncia das estruturas de opressão interna e externa sobre as comunidades de base. É a partir da ótica e do lugar social dos pobres que a Igreja deverá se dirigir aos diferentes estratos da sociedade; é a partir de sua paixão e de suas esperanças que deverá entender suas intervenções no social.

Projeto histórico da Igreja

8. A opção pelos pobres que compõem o povo deverá encaminhar a Igreja para uma encarnação mais expressiva no meio popular. Não deverá ser apenas uma Igreja para o povo, mas com o povo e do povo. Reconhecerá o direito de suas lutas, a justiça de suas organizações populares para defender-se contra a agressão econômica e política do sistema global e fazer reconhecer seus direitos postergados. Acolherá com mais abertura a cultura popular dentro da liturgia, da piedade e das formas que o povo está encontrando para celebrar sua fé e sua vida cristã. A Igreja deverá ajudar o povo com mais profundidade do que vem fazendo para que ele mesmo se organize, seja responsável de sua caminhada e encontre os caminhos de sua libertação. O povo deverá poder contar com a Igreja; deverá saber que ela faz corpo com sua causa e que é sua aliada no processo de gestação de um mundo onde seja menos oneroso o amor e a fraternidade.

Decisão em favor das comunidades de base

9. A Igreja encontra sua melhor expressão nas comunidades eclesiais de base que são a verdadeira Igreja de Cristo nascendo, pelo Espírito de Pentecostes, do coração do povo constituindo-se, assim, em povo de Deus.

A Igreja deverá compreender as comunidades de base como maneira nova e original do Evangelho ser vivido comunitariamente na sociedade. Elas constituem um dom de Deus que deve ser acolhido com carinho e profundo respeito. A presença da Igreja que vem do passado, com todas as suas experiências, deverá ser de reconhecimento e não de suspeita de uma Igreja paralela, de oferecimento de auxílio de sua riqueza histórica e institucional, porque a Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus é qual flor sem defesa, exposta à incompreensão, à condenação e à exterminação por parte da sociedade civil, da repressão política e por cristãos bem-intencionados mas pouco avisados da natureza desta experiência eclesial. O sentido das comunidades de base desborda dos próprios limites estritamente religiosos; elas significam, pela via da fé, a reconstrução da tecedura comunitária e social do povo relegado à massificação e à marginalidade.

A educação popular

10. A educação na qual a Igreja sempre teve uma presença qualificada deverá assumir uma dimensão conscientizadora mais profunda. O povo, mediante a Palavra de Deus e uma racionalidade ajustada ao seu universo simbólico, vai detectando os mecanismos geradores de sua pobreza; esta não nasce por geração espontânea, nem corresponde à vontade de Deus; é feita mediante formas de convivência na qual se estabelecem pólos desiguais, quebrando a fraternidade. A educação nos institutos médios e superiores poderá levar os educandos para uma opção da fé no sentido de compromisso com a justiça e a transformação da sociedade na linha de maior equilíbrio e harmonia sociais. Os grupos que se reúnem para meditar a Palavra de Deus são o santuário mais sagrado do povo, que deve ser protegido pela Igreja. Aí, as Escrituras cristãs, escritas por pobres, encontram seus verdadeiros destinatários: pobres meditam a Palavra de Deus, confrontam-na com a vida e colhem resultados num compromisso de libertação, mútua ajuda e de construção do Reino que começa a crescer a partir da terra, culminando no céu.

A defesa do direito dos pobres

11. Dadas as contradições sociais que dividem a sociedade e o dinamismo da acumulação capitalista em cada país levando a violações permanentes dos direitos humanos, a Igreja seguirá a desempenhar a importante diaconia em prol dos direitos dos pobres. Sua missão profética de denúncia e de anúncio continuará com as características que a têm marcado nos últimos anos, trazendo-lhe sofrimentos por um lado, mas também o reconhecimento universal dos homens de boa-vontade. A vigilância ideológica da Igreja deverá desvelar os interesses ocultos nas campanhas pelos direitos humanos, organizadas pelos poderosos dos países centrais: elas não vão ao cerne do problema, porque não o colocam em termos dos direitos dos pobres e humilhados. O tema dos direitos humanos não poderá servir para alargar a base de sustentação da forma imperante do poder estabelecido, mas deverá implicar uma denúncia daquelas cujas práticas econômicas e políticas envolvem a violação do direito e da justiça. Então o próprio sistema imperante se revela como o causador principal de tal violação.

Presença Sacramental dentro do Mundo Secularizado

12. A Igreja não possui mais, como outrora no regime de cristandade, a harmonia ideológica na sociedade; sua presença institucional diminui dia a dia. A cultura cristã, os símbolos de fé e o discurso religioso ocupam uma região dentro do horizonte pluralista, pragmático e secularizado das sociedades modernas. Isto não precisa significar nenhum drama para a Igreja, pois a salvação não está ligada a uma eclesiatificação do mundo, mas à vivência do amor, da justiça e da objetividade da ordem moral. Esta situação irreversível coloca um desafio à Igreja no sentido de ela encontrar,

dentro do mundo secularizado, um novo tipo de presença, pela qual possa desempenhar sua função histórico-salvífica imprescindível. A Igreja existe para ser o sacramento do Reino e da salvação no mundo, significá-la, torná-la consciente, celebrá-la e fazer-se instrumento dela. Na segmentarização do mundo moderno e devido ao enfraquecimento do poder histórico-social da Igreja, serão as comunidades de fé, formando uma vasta rede em comunhão entre si e com a Igreja universal, a forma privilegiada de realização da missão da Igreja. Estas comunidades se constituirão mais e mais por cristãos que optaram em sê-lo mediante uma decisão da liberdade e não apenas prolongando uma tradição cultural cristã; viverão com mais limpidez o projeto evangélico, a ética cristã e o profundo sentido de comunidade favorecido pelo Evangelho e pela própria forma comunitária de se viver a fé. As comunidades de base já estão realizando agora aquilo que, seguramente, irá constituir o futuro de toda a Igreja: uma vasta tecedura de comunidades, sendo sinal dentro do mundo secularizado, do mundo novo de Deus oferecido a todos e sendo antecipado na história pelas relações justas e fraternas que os homens encontrarem em sua convivência.

As Dimensões Éticas e Políticas da Fé

13. A fé tem a ver com o sentido último do homem e do mundo, já realizado e antecipado na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Por ser o que é, ela transcende qualquer região do saber ou da prática humana, privada, social e política. Entretanto, a fé possui uma dimensão social e política que está sendo vivida pelas comunidades. A fé que salva é aquela informada pelo amor e que leva a práticas solidárias com o destino dos pobres e de todos os que sofrem; e que se preocupa com a construção do mundo, mas conforme ao desígnio histórico de Deus, revelado nas Escrituras e principalmente no anúncio e na vida de Jesus Cristo. Por isso, a Igreja irá se preocupar muito, como o fez nas últimas décadas, com os problemas sociais, políticos, econômicos e ideológicos. Não que ela possua um saber maior ou detenha o segredo da solução dos problemas em pauta. Nem porque dispute o poder ou queira intrometer-se na política.

A missão específica da Igreja é de ordem religiosa e concerne à dimensão transcendente do homem e da sociedade. Mas ela se preocupa com o social porque vê realizar-se aí ou frustrar-se a justiça, a graça, a aceitação de Deus, a salvação. A Igreja se interessa pela dimensão religiosa presente objetivamente no social e no político. Neste campo se estabelecem relações humanas que são justas ou injustas, fraternas ou iníquas, o que equivale a dizer, em linguagem cristã, relações de pecado ou de graça, de realização ou de negação do desígnio de Deus. Em nome desta dimensão religiosa a Igreja atua, exerce sua missão profética, se compromete; fazendo isto, ela está estritamente dentro de sua missão específica de ordem religiosa, atendendo à destinação última do homem e da sociedade.

13. Face aos poderes deste mundo e de sua capacidade de manipulação para realizar seus projetos de grandeza técnica e política, a comunidade de fé, portadora do projeto de Deus, poderá sentir-se tomada por um sentimento de impotência que mina a esperança. É neste contexto que se faz mais decisiva a fé cristológica. Em Jesus crucificado Deus mostrou o destino do poder deste mundo; ele não é mediação para o Reino de Deus. Por isso Deus escolheu “o que o mundo julga estulto para confundir os sábios; e o que o mundo julga fraco, Deus o escolheu para confundir os fortes; o ignóbil e o abjeto aos olhos do mundo, o que não é, Deus escolheu para destruir o que é” (1 Co 1.27-28). A missão da fé é representar e atualizar, permanentemente, este poder de Deus, concretizado no caminho de Jesus Cristo. Este poder passa pela fraqueza, pela pobreza e pela morte, amando, esperando e servindo a todos. A ressurreição mostrou a força dos fracos: eles é que herdarão a vida e inauguram o mundo novo. A comunidade cristã vive desta esperança e se organiza nesta força de ressurreição. Não teme os fortes deste mundo, porque sabe que o Senhor venceu este mundo (Jo 16.33). Finalmente não os poderosos mas Deus é o Senhor da história e a conduz para o seu desfecho feliz, apesar do zigzaguear humano e do peso morto do pecado.

EM BUSCA DO DIREITO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

Jether P. Ramalho

Na última década a problemática da violação dos direitos humanos, nos diversos países da América Latina, tem impressionado e sensibilizado muitos setores da sociedade. O grau de violência atingiu a um tão alto nível que se tornou impossível desconhecer ou mesmo deixar de tomar atitude frente às mortes, seqüestros, torturas e desaparecimento de tantas pessoas.

O dramático da situação latino-americana era de tal ordem que não se podia especular sobre as origens das declarações, ou se era possível ou não estabelecer relações teológicas ou bíblicas com os seus preceitos. Naquele instante o importante era buscar formas de salvar certas vidas, diminuir o sofrimento, criar canais de proteção, oferecer assistência e recursos, enfim usar todos os meios possíveis para diminuir o sofrimento e a dor.

A continuidade dessas violações e a sua progressiva escalada pelo continente foi levando certas instituições a tomarem posição clara contra tal situação. Entre elas têm papel preponderante certos setores da Igreja, notadamente da Igreja Católica, que passaram a se constituir em fontes denunciadoras dessas gravíssimas violações. O confronto desses setores com a situação latino-americana foi entretanto mostrando cada vez mais, que era necessária e urgente uma compreensão mais profunda do que significava a luta pelos direitos humanos, de onde estava a raiz das suas violações e as atitudes conseqüentes a que o engajamento nessa batalha deveria levar. Era necessário dar um passo mais adiante, ir além da denúncia da violência que aparecia naquele momento, de forma mais gritante aos olhos do mundo, ir buscar as verdadeiras causas de uma situação que não era simplesmente accidental, mas que decorria de razões estruturais ainda mais injustas e violentas do que aquelas que, estarreciam o mundo nos últimos anos.

1. A Situação Latino-americana na Perspectiva da Igreja

A queda dos governos liberais, o ascenso de regimes militares repressivos e violentos, o constante fortalecimento de Estados — onipotentes e onipresentes — a difusão da doutrina da Segurança Nacional de guerra total e de luta ideológica, o fracasso dos modelos econômicos propostos por esses governos, a crescente diferenciação entre os setores da população, o aumento da marginalização de milhões de trabalhadores e camponeses foi levando a grupos e instituições que se haviam empenhado na luta pelos Direitos Humanos, tomando como bandeira a Declaração Universal aprovada

46 pela ONU em 1948 (e que, a bem da verdade, afirmou-se, que foi bastante eficaz nos momentos agudos da repressão, já que sensibilizou abrangentes setores da sociedade), a discutir com mais profundidade o seu significado.

O episcopado brasileiro (Igreja Católica), na sua última reunião de 18 a 25 de abril de 1978, assim diagnosticou a presente situação latino-americana, que indicava de maneira inequívoca a violação profunda dos Direitos Humanos:

“... Observa-se no continente latino-americano uma exacerbção do conflito opressores e oprimidos, devido a uma situação de gritante iniquidade social;

Acentua-se e continua a acentuar-se a injustiça na posse e uso da terra, pela pressão exercida por grandes empresas sobre os que a ocupam e dela tiram os meios de subsistência, incentivando a proletarização do homem rural. Aos mecanismos de pressão dessas empresas soma-se a criminosa política agrária de alguns países sul-americanos, que ameaça a sobrevivência da pequena propriedade rural, trabalhada em regime de economia familiar. Também os grandes projetos oficiais, que acarretam desapropriação de terras de pequenos proprietários e posseiros a preços injustos e paga tardia, levam os camponeses despreparados e sem recursos à marginalização social nas periferias das grandes cidades.

Essa pressão vem atingindo também *as populações indígenas dizimadas progressivamente* pela redução de suas reservas, pelas migrações forçadas, pelo contágio com as frentes de expansão do capitalismo agrário que acaba por absorvê-las como mão-de-obra indefesa e facilmente explorada. *A intiqua repartição das rendas* vem propiciando um perigoso afrontamento das classes sociais. Enquanto, por um lado, uma minoria pode permitir-se padrões requintados de consumo, por outro lado, a grande maioria dos marginalizados se estenua na luta pela sobrevivência. É na América Latina que se encontram os países de mais amplo leque de dispersão salarial, que constitui o mais grave escândalo social de um continente que é tido por cristão.

A posse dos meios de produção concentra-se nas mãos de grupos poderosos ou do Estado, ao mesmo tempo em que se acelera a desnacionalização das economias nacionais, pelo domínio crescente das multinacionais. Uma boa parte dos problemas *de nossas cidades vêm das relações de trabalho*, fruto dessa concentração do poder econômico e da conseqüente exploração dos trabalhadores, cuja vida familiar e social é condicionada pelo salário baixíssimo que recebem.

Aumentam as concentrações urbanas a um ritmo acelerado pelas migrações de grandes contingentes humanos através do êxodo rural. Criam-se assim problemas que ameaçam de colapso as próprias megalópoles. Entre esses problemas, destacam-se a extensão da favelização sitiando as cidades a partir de suas periferias, a política de remoção das favelas *exarcerbando o problema da segregação dos po-*

bres, e o crescimento da criminalidade e de formas selvagens de violência.

A situação de injustiça vai sendo mantida por mecanismos de violência institucionalizada, por forças de repressão operando fora da lei e gozando de omissão, complacência ou cumplicidade dos poderes e gerando reações desesperadas que oferecem pretextos para repressões mais violentas.

Pelo surgimento de regimes militaristas, os sistemas políticos do continente foram progressivamente influenciados pela doutrina da Segurança Nacional que, absolutizando o Estado, reduziu a segurança das pessoas e concentrou o poder nas mãos de oligarquias restritas que decidem o destino das nações.

Os esforços do continente por libertar-se de sua condição secular de dependência são ameaçados de fracasso pelas *articulações trilaterais* dos pólos de dominação tendentes a transformar o subdesenvolvimento, de uma fase transitória de um processo, em uma função permanente e tolerável de um sistema global.”

2. O Passo Qualitativo na Luta pelos Direitos Humanos

Não era possível portanto: à luz da realidade que se vive, que a luta se circunscrevesse simplesmente na indicação dos direitos humanos, como um ideal a ser alcançado, de forma retórica e abstrata, mas buscar o seu relacionamento com uma praxis concreta e comprometida. Era também necessário ultrapassar a luta pelos direitos individuais, civis e políticos, e avançar na conquista dos direitos sociais e coletivos.

Com a eleição de Carter para a presidência dos Estados Unidos e com a constituição da Comissão Trilateral alguns setores da América Latina começaram a perceber que a bandeira dos Direitos Humanos, simplesmente da maneira como estava sendo apresentada poderia ser uma forma de encobrir as transformações mais profundas que precisam ser efetuadas nas estruturas sociais dos países latino-americanos.

O militarismo latino-americano que tinha servido nesses últimos quinze anos aos objetivos do sistema capitalista e da política externa dos Estados Unidos começa a ser revisado mesmo por aqueles que o haviam incentivado. O sistema de Segurança Nacional, como ideologia e prática, naquele momento era plenamente conseqüente com os interesses dos países hegemônicos do capitalismo e das suas grandes empresas multinacionais. O conceito de “guerra total” favorecia a segurança dos investimentos e a garantia dos lucros, já que qualquer crítica ou contestação ao Estado era considerado arma dos “inimigos do regime” e seus autores, indivíduos cu instituições eram considerados subversivos e sujeitos à repressão. As constituições forjadas a partir deste pressuposto têm no conceito de Estado, uma totalidade homogênea e unívoca — uma espécie de superpessoa não deixando espaço para se considerar o indivíduo e muito menos a plena participação popular.

É dentro deste contexto que os bispos latino-americanos vão, em 1968, declarar em Medellín o seu compromisso de “despertar nos homens e nos povos uma viva consciência de justiça, infundindo-lhes um sentimento dinâmico de responsabilidade e solidariedade”. E especificava a prioridade desta ação em “defender os direitos dos pobres e oprimidos e denunciar energeticamente os abusos conseqüentes das desigualdades excessivas: entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração”.

No Sínodo de 1974, os bispos declarariam que “a Igreja crê firmemente que a promoção dos direitos humanos é requerida pelo Evangelho e é central no seu ministério”.

A crise econômica a partir de 1973 — cujo “milagre brasileiro” é o exemplo mais flagrante uma vez que serviu de modelo ao militarismo latino-americano — começou então a apresentar sintomas alarmantes que se iriam agudizar com a crise do petróleo. Com mercado em franca contração, o modelo de desenvolvimento dos regimes militares, nada mais fez que agravar a crise internacional.

Cria-se a Comissão Trilateral (EEUU, Europa e Japão) e visa-se fomentar na América Latina um crescimento mínimo e igualitário que aumente o poder aquisitivo do povo, simultâneo a um crescimento industrial fracamente competitivo. Segundo o “trilateralismo” as condições ótimas para o crescimento adequado das economias latino-americanas são as seguintes: governos civis e democracia formal que favoreça uma certa prosperidade da classe média, a pequena indústria e os grupos comerciais dependentes e uma redistribuição mais equitativa da renda. E isto tem como objetivo:

1. Prevenir as demandas excessivamente radicais para uma Nova Ordem Econômica Internacional.
2. Orientar as economias do Terceiro Mundo para uma industrialização minimamente competitiva nos mercados internacionais.
3. Estimular novos mercados orientados para a aquisição de bens de capital e de consumo, produzidos em esfera trilateral.

Neste contexto os EEUU revisaram suas relações com o militarismo latino-americano e concluíram que deviam retirar todo seu apoio aos regimes militares de tal modo que a curto prazo o poder passasse às mãos civis. Ora, o militarismo latino-americano não é o sistema mais apto para favorecer, num futuro próximo, os interesses econômicos dos integrantes do Plano Trilateral. A crise econômica mundial exige que se incentivem ao máximo os mercados internos possibilitando às massas um maior poder aquisitivo. A bandeira dos Direitos Humanos passa também a se constituir como um dos ideais do Governo Carter e da política trilateral. Nada de modificações mais profundas, nem de regimes onde os interesses dos trabalhadores sejam os dominantes. A luta deve ser para “liberalizar” certas situações políticas muito duras e possibilitar “democracias relativas”.

Nesse novo contexto e com a tomada de consciência da Igreja e dos próprios trabalhadores a temática dos direitos humanos passa a ser olhada sob outras perspectivas.

- a) Procura-se a identificação teórico-prática dos direitos humanos com a situação dos próprios trabalhadores e marginalizados. Estes não têm só necessidades, mas especialmente direitos, que não se circunscrevem somente à subsistência biológica, mas também ao trabalho em condições dignas, a organizarem-se livremente, a participarem livre e plenamente das decisões econômicas e políticas e a passarem a ser sujeitos de sua história.
- b) A busca de uma perspectiva de libertação social, que vai exigir que a temática dos direitos seja vista a partir da ótica dos oprimidos e que não se circunscreva a denunciar certas conseqüências de uma ordem social estruturalmente injusta.

Naturalmente que tais posições estão exigindo um aprofundamento na luta pelos Direitos Humanos, que certamente trará mais compromissos e opções mais claras. As violações dos direitos individuais como têm sido proclamadas, podem dentro da implantação da “política tri-lateral” decrescer e até deixar certos setores da população já satisfeitos com a nova situação. Entretanto, isso não basta. É preciso ir mais adiante — ultrapassar a luta pelos direitos individuais para a busca dos direitos sociais. A Igreja não se pode satisfazer com o mínimo.

A fidelidade ao Evangelho exige posições mais radicais e opções claras em favor daqueles que realmente são as grandes vítimas de uma sociedade injusta, baseada na desigualdade e na exploração.

3. Novas Tarefas da Igreja e do Movimento Ecumênico

As ações da Igreja e do Movimento Ecumênico foram e ainda são decisivas na denúncia das tremendas arbitrariedades e na busca de medidas concretas para aliviar as vítimas dessa violência. As barreiras confessionais foram esquecidas e ultrapassadas frente às situações de dor e de desespero. Os cristãos se encontravam e se uniam frente a situações muito concretas, onde não havia tempo, nem lugar para se particularizarem diferenças. Em quase todos os países da América Latina a Igreja passou a ser a voz daqueles que não podiam falar. E essa atitude corajosa, manifestada não apenas em palavras, mas em atos que lhe causavam suspeitas e sacrifícios, mortes e prisões, foi um sinal de esperança e de fé.

As conseqüências desse passo, entretanto, levam a Igreja a assumir outras responsabilidades. A América Latina não pode perder sua oportunidade de realizar um modelo justo e humano de desenvolvimento, de não sucumbir às reduções do consumismo, de não alienar sua liberdade política nas mãos de uma tecnocracia que reduz as pessoas a número de cálculos de uma engenharia social, mas sim de construir uma sociedade democrática com ampla participação popular, onde aqueles que constroem a riqueza do país sejam os que usufruem dos seus resultados e onde a igualdade e a liberdade sejam direitos e não concessões.

A Igreja e o Movimento Ecumênico não podem estar ausentes desse processo e agora, mais do que nunca, pelo que já fizeram, são considerados como participantes dessa luta constante e demorada.

INSTITUIÇÃO E ACONTECIMENTO

(Notas sobre as tensões entre o *eclesiástico* e o *eclesial* no interior da comunidade cristã)

Zwinglio M. Dias

Preliminares

O alcance e a complexidade desta temática são demasiadamente extensos para serem tratados com exaustividade nos limites de um artigo como este. Tanto a análise do desenvolvimento histórico da instituição *Igreja* — e dentro dele, das instituições eclesiásticas que compõem o Corpus protestante latino-americano —, como o estudo do acontecimento fundamental que deu origem ao Cristianismo — ou seja, a totalidade do acontecimento cristológico — exigem um tratamento interdisciplinário que ultrapassa as possibilidades de um tratamento da natureza do que nos é permitido apresentar a nível de artigo.

Mas o problema está colocado pela própria realidade que nós, com nossa dupla identidade de latino-americanos e cristãos, experimentamos no interior de nossas instituições eclesiásticas e de nossas sociedades como um todo. As transformações históricas vividas pelas sociedades latino-americanas especialmente nos últimos 25 anos impactaram as Igrejas e mudaram positiva ou negativamente suas atitudes e formas de relacionamento com estas sociedades, o que, por sua vez, produziu não poucas tensões entre os cristãos que, embora unidos numa mesma intenção de fidelidade ao Evangelho, se encontram ideologicamente divididos em relação ao projeto histórico que propugnam para suas sociedades. Estas divisões atravessam as separações históricas que deram origem às diversas instituições eclesiásticas, protestantes; também se encontram no interior do Catolicismo e já ultrapassaram as diferenças dogmáticas entre este e o Protestantismo. Trata-se de um verdadeiro divisor de águas ideológico que está na base das formas de mediação histórica do acontecimento cristão primordial, quando este se cristaliza numa forma institucional.

Com estas ressalvas procuraremos destacar alguns elementos que estão na raiz das tensões criadas pela interação dialética entre o *eclesiástico* (ou seja, o oficial, o que parte da estrutura normativa da instituição eclesiástica e configura o seu discurso) e o *eclesial* (isto é, as manifestações que irrompem no meio dos cristãos reivindicando maior grau de fidelidade ao acontecimento-fonte e contradizendo o discurso “ortodoxo” da instituição) que, em forma dramática, caracterizaram até aqui a prática cristã-evangélica em nosso continente. E isto faremos com o objetivo de destacar

o lugar e a importância da persistência de tais tensões no seio da comunidade cristã global (com suas instituições, grupos de base, movimentos, etc.) como a única forma para manter-se aberta à atuação sempre inédita do Espírito e não deixar-se instrumentar pelos diferentes grupos de poder que, dominando a sociedade, procuram uma e outra vez domesticar os portadores do Evangelho para torná-los transmissores de sua particular e interessada visão-de-mundo.

Metodologicamente trataremos em primeiro lugar, ainda que em forma sumaríssima, o processo de formação da Igreja, examinando alguns aspectos do relato neotestamentário e, em seguida, procuraremos destacar algumas das características da instituição como fenômeno social e da Igreja como instituição sociologicamente situada para pôr em relevo as tensões oriundas da dialética constitutiva de seu ser-no-mundo. Isto é, falaremos do conflito sempre presente entre carne e espírito, lei e graça, obras e fé, conservação do passado e abertura ao futuro, memória e esperança, ou... instituição e acontecimento.

Trataremos, pois, de estabelecer um marco histórico-teológico de referência e um marco sociológico de análise que nos possibilitem um novo horizonte de reflexão, capaz de ajudar-nos a superar as tentações de unilateralismo que nos levam a ver ou nas *instituições eclesíasticas* historicamente dadas, ou nos *acontecimentos eclesiais* de emergência recente, o único meio de manifestação do Espírito, amputando assim um dos termos da relação dinâmica que preside o trabalho de Deus com os homens.

A Emergência Histórica da Igreja

1. Falar da instituição eclesíastica e do acontecimento fundamental que a trouxe à existência significa simplesmente falar da Igreja. Um rápido folhear das páginas do relato neotestamentário nos permite inferir duas coisas com respeito à formação da Igreja cristã:

(a) *Jesus pregou o Reino de Deus, mas não se preocupou em "programar" a Igreja para os tempos vindouros.*

Toda a pregação e ensino de Jesus foram centralizados numa única preocupação: a proclamação da instauração e realização nele, do Reino de Deus. Seu ministério se caracterizou por uma acentuada ênfase escatológica que o enquadrou na linha dos grandes profetas de Israel. A luta que manteve com as autoridades religiosas de seu tempo se inscreve no tradicional conflito entre profetas e sacerdotes do Antigo Testamento e a multidão o seguiu porque viu nele a continuidade da grande tradição profética israelita. Seu anúncio não foi outra coisa que a proclamação do cumprimento da promessa uma vez feita ao povo escolhido. Cumprimento este que se realiza nele, que surge como o portador e instaurador do Reino de Deus entre os homens. Nesta perspectiva escatológico-messiânica não há lugar para a Igreja que só vai aparecer depois de sua ressurreição.

Os doze homens que ele chamou para que o acompanhassem em seu trabalho não foram convocados para se constituírem no grupo inicial de

52 uma suposta sociedade jesuânica, como muitas vezes somos levados a pensar; eles simbolizam escatologicamente o juízo e a restauração das doze tribos de Israel (Mt 19.28; Lc 22.29). A importância dos discípulos não se baseava no fato de serem eles apóstolos (isto ocorrerá depois), mas no fato de que eram doze. Tanto é assim que o evangelista Marcos quando se refere a eles o faz sempre com a expressão “os doze”.

Na proclamação de Jesus o Reino tem uma significação essencialmente escatológica. Não se trata de uma teocracia nacional geograficamente delimitada e politicamente configurada como era esperado tanto pelo Judaísmo oficial como pelos grupos messiânicos então existentes (zelotes, essênios etc). Para Jesus, o Reino se traduz num novo ordenamento histórico do mundo cujo centro é Deus mesmo. Sua pregação neste sentido se dirige fundamentalmente a todos os judeus, a todo Israel como povo escolhido, para tornar realidade esse Reino entre os homens. Seu objetivo, portanto, não é formar uma nova comunidade ao lado das tantas outras já existentes, mas obter a conversão ao Povo de Deus (Israel) à vontade soberana do Deus da Aliança, de modo a levar à prática a promessa uma vez feita a Abraão de que nele “serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.3). Sua pregação, portanto, é particularista. Mas se trata de um particularismo que não se esgota em si mesmo, porém se constitui no fundamento da intenção salvífica universal de Deus, cuja eficácia histórica só se concentrará através da eficácia do Povo. Escatologicamente a salvação de todos (a Humanidade) depende da conversão de alguns (Israel). A realização do plano universal de Deus dependia, pois, da eficácia histórica da atuação de um grupo como sinal do Reino, da nova ordem de relações a ser instaurada entre os homens.

Os modernos tratamentos exegéticos dispensados aos documentos que constituem o Novo Testamento são unânimes em constatar que a Igreja que nós conhecemos a partir dos relatos dos Atos dos Apóstolos não fazia parte dos planos de Jesus. Mesmo nos relatos sobre a Santa Ceia narrados pelos evangelistas não há evidência do contrário. Como muito bem assimilou L. Boff:

“As várias ceias que Jesus realizou não só com os discípulos, mas especialmente com os marginalizados social e religiosamente, possuíam um significado salvífico-escatológico: Deus oferece a salvação a todos e convida indistintamente bons e maus à sua intimidade. O caráter escatológico da última ceia, como símbolo da ceia celestial dos homens no Reino de Deus, transparece muito claramente no texto lucano.”

b) *Sob a inspiração do Espírito, a Igreja surge de uma decisão dos discípulos, motivados por uma urgência missionária.*

(1) BOFF, L., “Eclesiogênese”, Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1977, p. 59.

(2) Ibid. p. 62.

A partir do relato do livro dos Atos dos Apóstolos, se deduz que estes não fundaram a Igreja imediatamente depois do evento pentecostal. Como bons judeus e atentos às recomendações de Jesus, trataram de conquistar seus compatriotas para o Reino, confiados em que o Ressuscitado logo retornaria para restaurar definitivamente a Israel. O fato de tratarem de recompor o grupo dos doze, que ficara desfalcado com a “saída” de Judas, é um sinal evidente disso. Entretanto a conversão de helenistas, o incidente de Cornélio, a prisão de Pedro, o martírio de Estêvão e, fundamentalmente, a falta de interesse dos judeus por sua pregação os levaram a ir em pós dos gentios e a não mais esperar a Parusia do Senhor como iminente. Isto é, ao darem um sentido missionário a sua pregação eles criaram as condições para o surgimento da Igreja.

Para dar este passo, no entanto, tiveram eles de reinterpretar a mensagem escatológica de Jesus, transformando sua pregação do Reino numa doutrina da Igreja e do futuro dos homens. Jesus mesmo passou a ser entendido como o elo entre a Igreja e o Reino. Aquela surgia assim no plano da história como o instrumento de proclamação do Reino a todos os homens. Os discípulos se transformam em apóstolos, ou seja, em *enviados*. Como tais eles pertencem agora à Igreja e não ao Reino. Por seu lado a eucaristia assume um lugar de preponderância na vida da comunidade que, como anunciadora do Reino já instaurado em Jesus Cristo e, portanto, como continuadora de seu serviço ao mundo, se alimenta do corpo e do sangue do Crucificado, tomando-se ela mesma corpo de Cristo para o mundo.

A instituição da Igreja emerge assim na história como produto da ação salvífica do Espírito para anunciar a mensagem libertadora do Reino já inaugurado em Cristo, mas ainda não plenamente realizado para todos os homens. Assim ela nasce como uma “instituição para os outros”, sem objeto em si mesma. Sua missão é, essencial e existencialmente, sua razão de ser. A completa realização do Reino dependerá agora da eficácia histórica de sua ação sob as orientações inéditas do Espírito.

Mas se a Igreja não irrompe entre os homens como um acontecimento pré-pascal isto não significa que ela não tenha tido ali os germens que possibilitaram sua manifestação pós-pascal. Com efeito, a pregação do Reino por parte de Jesus, o que o levou à cruz, é parte integrante do nascimento da Igreja. Os relatos dos Atos dos Apóstolos deixam claramente estabelecido que se a Igreja é um evento pneumatológico, ou seja um acontecimento sacramental (*mysterion*) para o mundo, provocado pela ação do Espírito, o é tendo como seu centro estruturante a pessoa mesma de Jesus Cristo tanto em sua dimensão histórica — Jesus de Nazaré — como em sua dimensão teológica — o Cristo da fé. Em consequência, como muito bem o expressou Hans Kueng

“A Igreja tem a sua origem, não simplesmente nos discípulos, nos desígnios e na missão do Jesus pré-pascal, mas sim no conjunto do acontecimento cristológico; ou seja, em toda a ação de Deus em

Jesus Cristo, desde o seu nascimento, vida pública e chamamento dos discípulos, até à sua morte e ressurreição e à descida do Espírito sobre as testemunhas do Ressuscitado. Não foi apenas a palavra e o ensinamento do Jesus pré-pascal, mas sim a ação de Deus, na ressurreição do Crucificado e na plenitude dos dons do Espírito, que transformou o grupo daqueles que em comum acreditavam em Jesus ressuscitado na comunidade daqueles que — ao contrário do antigo povo de Deus descrente — reclamavam ser o novo Povo de Deus escatológico.”

A história que se desenvolve desde as páginas do Novo Testamento até nossos dias nos apresenta uma Igreja que surgindo como comunidade informal, foi se institucionalizando de maneira cada vez mais complexa, em virtude de sua progressiva adesão e sujeição às distintas realidades sócio-políticas, culturais e econômicas das sociedades humanas nas quais foi assumindo contornos sociológicos definidos. As formas de sua institucionalização foram-se diferenciando segundo as conjunturas históricas que se foram sucedendo apanhando-a num processo dialético onde sua fidelidade ao acontecimento crístico passou a ser determinada em maior ou menor grau pelos interesses da instituição social em que se foi desenvolvendo. Daí que, em seu peregrinar histórico tenha ela tanto obscurecido como revelado a Jesus Cristo aos homens. E isto na justa medida em que se ia abrindo ou fechando-se à direção do Espírito que lhe deu origem. Ou seja, na medida em que se deixou questionar pelo Acontecimento que a ocasionou.

2. Pelo dito até aqui torna-se evidente que não se pode fazer um discurso sobre a Igreja sem falar ao mesmo tempo do Reino de Deus. A Igreja surgiu na história por e para a proclamação desse Reino, e, desde a perspectiva do Novo Testamento não se pode conceber a Igreja sem referenciá-la integralmente ao Reino anunciado por Jesus Cristo, pois este é o que justifica a sua existência e orienta a sua presença na história. Mas, que significa esta expressão? Que realidades o Reino descobre e articula?

A tentativa de definição formulada por L. Boff nos parece muito sugestiva. Ele diz:

“Reino de Deus é a expressão que designa o senhorio absoluto de Deus sobre este mundo sinistro e oprimido por forças diabólicas. Deus vai sair de seu silêncio milenário para proclamar: Eu sou o sentido e o futuro último do mundo. Eu sou a libertação total de todo mal e a libertação absoluta para o bem. Com a expressão Reino de Deus, Jesus articula um dado radical da existência humana, seu princípio-esperança e sua dimensão utópica. E promete que já não será *utopia*, objeto de ansiosa expectativa (Lc 3.15) mas *topia*, objeto de alegria para todo o povo (Lc 2.9). Por isso suas primeiras palavras de

anúncio são: Terminou o tempo de espera. O Reino de Deus está próximo. Mudem de vida. Creiam nesta alegre notícia.” (Mc 1.14). (4)

Esta perspectiva se fundamenta na compreensão da existência de uma única história criada e permeada pela ação de Deus. Esta ação não é, então, alguma coisa de especial que se concretiza em algum momento do seu desenvolvimento. Mas em razão de seu caráter totalizante, o Reino se apresenta em Jesus Cristo como a manifestação central da atividade sempre presente de Deus na história. Assim é que ele se apresenta em sua dupla dimensão de Reino histórico e Reino escatológico, que nada tem que ver com uma realidade que se desenvolve fora dos limites de nosso mundo histórico: ele é expressão da atividade de Deus em *nostra* história em função de seu projeto escatológico: a libertação do horizonte da vida dos homens para com isto possibilitar-lhes a liberdade de construção de seu próprio futuro.

A proclamação do trabalho escatológico de Jesus Cristo por parte da Igreja não consiste, portanto, no anúncio de uma salvação de almas individuais ou de uma nova interpretação religiosa do mundo e da vida, mas no esforço pela libertação do homem de todas as formas de escravidão e medo que o oprimem e o tomam menos homem. Em Jesus Cristo Deus assume a totalidade da condição humana e lhe imprime uma direção qualitativamente nova, dá-lhe um novo conteúdo que se expressa na boa-notícia para os pobres, a libertação dos oprimidos, o perdão para os pecadores e a vida para os mortos (Lc 4. 18-21; Mt 11.3-5). Ou seja, a proclamação do Reino aponta para a revelação do futuro no meio do presente e nos recorda o fato de que na prática de Jesus, o Reino de Deus foi instaurado com toda a sua eficácia histórica.

Entretanto isto não quer dizer que em função da atividade de Deus a eficácia histórica do homem seja subestimada. Jesus pregou exatamente o contrário. O Reino de Deus está entre vocês, disse ele (Lc 11. 20 e 17-21). Isto é, o Reino acontece em e através da história que os homens vão construindo, ainda que a supere. A contínua conversão da Igreja aos propósitos do Reino, a qual se revela na busca constante do significado do acontecimento original para a sua presente conjuntura histórica, exige dela não uma simples reforma ou modernização de suas estruturas, mas uma orientação totalmente nova de seu que-fazer histórico em função daquilo que a atividade de Deus que se desenvolve além dela mesma, está provocando entre os homens.

A Igreja pois, não é o Reino, não se identifica com ele, mas o assinala e promove no meio da história. Daí que o viver institucional da Igreja deva ser encarado sempre como provisional e necessitado de transformação. Deve estar continuamente sob o juízo do acontecimento do qual se originou

(4) BOFF, L., “Salvação em Jesus Cristo e Processo de Liberação”, in *Concilium*, n. 96, 1974, p. 378.

56 sob pena de negá-lo totalmente e, assim, perder os rastros do Espírito em meio às marchas e contra-marchas da história humana.

Do Acontecimento à Instituição

O processo de institucionalização do acontecimento fundamental — o evento cristológico em sua totalidade — foi e tende a ser sempre mediado pelos elementos culturais e ideológicos dominantes dentro da sociedade onde esse processo ocorre, pois a fé tem necessidade de um conduto ideológico que a expresse e articule. O fato da justaposição de diferentes teologias no Novo Testamento, por exemplo, constitui manifestação objetiva disso, assim como as lutas que desde o princípio vêm dividindo os cristãos.

Como a história nos demonstra, o Cristianismo sempre viveu dominado por uma tensão entre uma versão institucionalizada do acontecimento crístico, cujo discurso sempre respondeu aos interesses dos grupos dominantes na Igreja e na sociedade, e uma versão discordante que se lhe contrapõe, portanto “herética” — em relação ao discurso oficial, defendida por grupos *sem poder tanto no interior da Igreja como na sociedade*. Estes têm defendido em todos os tempos uma explicitação do acontecimento por parte da instituição mais acorde com a realidade, tanto do próprio acontecimento (desmascaramento ideológico) como da própria conjuntura histórica (exigência de análise da realidade fora de uma perspectiva de poder).

A partir do momento em que o Cristianismo passou a ser vítima de uma instrumentalização pelos setores dominantes e foi articulado como uma versão ideológico-religiosa da ideologia dos mesmos dentro da sociedade, a Igreja passou a se constituir numa das mais importantes instituições sociais por ser justamente aquela que se encarregaria de elaborar o discurso ideológico que explicitaria, em termos da simbologia religiosa, a visão de mundo própria dos poderosos. O Acontecimento fundamental passou, então, a ser interpretado pela instituição segundo os variáveis interesses de suas funções sociais. Interesses estes impostos pelas exigências de funcionalidade do aparelho do Estado ao qual foi atraída e outros surgidos em consequência da própria dinâmica que ela como instituição pôs em andamento. Isto começou de modo claro e determinante na era constantiniana e caracterizou daí por diante a história da Igreja Cristã. O conjunto de fenômenos sócio-políticos, econômicos e culturais que a partir de então e em forma crescente darão origem a uma diversificação de instituições eclesiásticas (Cisma de Constantinopla, Reforma, Movimentos reavivalistas dos séculos XVII e XVIII, para apenas mencionar os mais conhecidos) ocorrerão em grande medida determinados pelos problemas oriundos desta forma de mediação.

Naturalmente que as coisas em sua concreção histórica não foram tão simples como as temos esquematizado. Mas a forma como nos estamos referindo a estes dados da história procura desnudar ao máximo o Aconte-

cimento fundamental da relação entre a fé e as formas ideológicas de apreensão e explicitação da realidade pelos condutos religiosos.

Com isto queremos apenas sublinhar que a Igreja enquanto instituição social tende a funcionar como todas as instituições que surgem da convivência humana. Mas, de que se trata quando falamos de instituição social? De acordo com uma curta mas objetiva definição de R. Alves

“Uma instituição é um mecanismo social especializado que programa o comportamento humano, seja o pensamento, seja a ação. (Ela) . . . é a memória socializada da sociedade, memória prática que preserva as soluções sem, entretanto, ter consciência de suas origens. (Elas) . . . são, assim, respostas a problemas concretamente vividos e elas se justificam na medida em que preservam a sua eficácia prática.” (5)

De acordo com esta definição se poderia dizer que a instituição transmite e impõe normas e comportamentos que, por terem resultado “funcionais” para a obtenção de determinados objetos, passam a ser considerados como os que melhor correspondem à necessidade dos indivíduos. Ou seja, a instituição programa de acordo com a natureza de seus fins os comportamentos, as atitudes, as crenças e as ações dos indivíduos. Mas pelo fato de viver do passado cada instituição, inclusive a Igreja, tende a ser estática; ela não inova. A repetição de respostas que uma vez se mostraram eficazes e a imposição destas respostas como norma axiológica constitui seu princípio fundamental. É por isso que a instituição é incapaz de propiciar atitudes criativas, pois seu horizonte ficou no passado. R. Alves destaca que “na medida em que as instituições funcionam de forma adequada o discurso a seu respeito se caracteriza pelos seguintes elementos:

1. Suspendemos todas as nossas dúvidas a seu respeito. Funcionalidade é interpretada como verdade. E as instituições deixam de ser entendidas historicamente contingentes e passam a ser interpretadas como ontologicamente necessárias.

2. O discurso sobre as instituições assume a forma de justificação ideológica das mesmas. No caso específico da Igreja, justificação teológica. A instituição é uma necessidade divina. Esta é a função de fórmulas como “a instituição é criação divina”, “o mistério da Igreja”, “o corpo de Cristo”, “a objetivação do Espírito”, etc.

3. A descrição das realidades institucionais, descrição ideológica, é feita com o propósito de se derivar dela o imperativo. O indicativo das instituições é o imperativo do comportamento. Em outras palavras: o comportamento deve ser adaptativo. A função do indivíduo é ajustar-se ao todo e contribuir para a sua preservação e expansão.

(5) ALVES, R., “Instituição e Comunidade”, Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, 1975, p. 9.

4. Finalmente, o discurso se caracteriza pela proibição do dizer crítico e pela obrigatoriedade do dizer apologético.”

Por estas características as instituições tendem sempre a reprimir as manifestações vitais da comunidade humana onde atuam, pois a vida é regida pelas leis da mudança, da transformação, da criação e da “re-criação”. A vida é movimento, busca incessante do novo, do inédito. Mas a instituição tende ao imobilismo. Assim, no momento em que novas situações e novos problemas começam a surgir e para os quais as instituições não possuem uma resposta satisfatória, surge a crise entre estas e aqueles aos quais deveria oferecer novas soluções. A partir desse momento a instituição perde sua autoridade frente a eles e, por conseguinte, o monopólio das respostas. A tensão aflora e um novo discurso começa a tomar forma buscando uma interpretação totalmente distinta ao discurso elaborado pela instituição em função de situações passadas mas que ela ainda procura impor pela força de uma autoridade criada e alimentada pela crença de sua necessidade ontológica. É por este caminho que a instituição pode chegar às formas mais ousadas de repressão dos focos “heréticos”.

No caso da Igreja o surgimento de grupos com um discurso diferente do oficial (institucional) sempre se deu quando a instituição eclesíastica deixou de perceber as transformações da realidade e continuou insistindo num tipo de “pregação” que perdera pertinência por continuar referindo-se a uma realidade já superada. Este fato está muito bem exemplificado nas contendas dos primeiros cristãos e desde então marcará o caminho da Igreja na história. A Reforma é um exemplo maior do empenho pela busca de maior correspondência entre a mensagem original e a realidade de uma determinada conjuntura histórica. O movimento profético do Velho Testamento é uma manifestação paradigmática deste mesmo fato. Em todas estas situações se observa a presença de um denominador comum: a referência ao acontecimento fundamental e o esforço para que o discurso original da fé mantenha pertinência com as novas experiências históricas que a instituição não percebe ou não pode perceber.

A vida da Igreja é, por isso, a história das tensões ocultas ou abertas entre o discurso eclesástico (institucional, oficial, ortodoxo) e as tentativas de novos discursos oriundos de grupos eclesiais (não-institucionais, não-oficiais) para fazer uma nova interpretação ou uma nova mediação do acontecimento primigênio que deu origem à instituição.

A Modo de Conclusão

1. A atuação do Espírito na história ultrapassa as fronteiras sociológicas da Igreja e se revela em todas as aspirações verdadeiramente humanas à liberdade, à justiça e à fraternidade, pois seu cometido é o Reino de Deus e não a Igreja. Esta, como um dos instrumentos da revelação e ação de

Deus entre os homens (instrumento privilegiado, é certo) tem de estar sempre atenta aos “sinais dos tempos” para perceber os movimentos do Espírito e secundá-lo em seu trabalho libertador.

2. A instituição eclesiástica, que existe como resultado de uma mediação histórica — ideologicamente condicionada — da totalidade do acontecimento cristológico, vive a tensão permanente entre as “solicitações do mundo” (por ser uma instituição *social*) e as exigências de fidelidade ao Espírito que a empurra pelos caminhos da história para a construção do Reino de Deus entre os homens.

3. A permanência desta tensão é de fundamental importância para o contínuo devir da Igreja como comunidade do Senhor Ressuscitado. Somente o reconhecimento humilde e a aceitação das chamadas proféticas (*kenosis* da instituição) que continuamente a remetem ao acontecimento cristológico e a convidam a uma conversão (*metanoia*) à ação do Espírito na história, fará dela serva fiel de Deus a serviço dos homens.

4. A conservação do espaço profético no interior da instituição é o único fato que *possibilita e garante* sua verdadeira obediência. Sua supressão revelaria não só a debilidade dos laços da instituição com o Acontecimento-fonte como sua total submissão “aos principados e potestades deste mundo”. Neste caso a realidade do Reino não iluminaria mais seu horizonte e o Cristo louvado em seu interior não seria mais do que um ídolo.

MARANA THA!

*A promessa cumpriu-se: do tronco de Jessé nasceu um rebento.
e a Boa-Nova foi anunciada aos pobres
e a liberdade aos prisioneiros.
e o resto – os que resistiram – se alegraram no meio da
Vida.*

*... E o Filho do Homem amou com ternura
lutou com justiça
e morreu perdoando.*

A promessa cumpriu-se: Morte! onde está tua vitória?

– Ele vive –

*e nossa esperança não se reduz a este pesado cotidiano
a nós imposto
por nós suportado.*

*A crença e a coragem nos alimenta
e nos consome: construiremos um mundo mais nosso!*

*Porque em nós habita a certeza da profecia:
Derrubará do trono os poderosos
Aos famintos encherá de bens
Aos ricos despedirá com as mãos vazias...*

*E, então, veremos serenamente
um camelo passar pelo buraco de uma agulha.*

Paulo Cezar Loureiro Botas.

LEIA, DIVULGUE E SEJA ASSINANTE DO CEI

Escreva para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

**– Caixa Postal 16.082
22.221 – Rio de Janeiro – RJ.**